

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E**  
**CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA CLAUDIA SANTO LIMA**

**TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: EVIDÊNCIAS DE**  
**COMPARABILIDADE E HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM EMPRESAS**  
**ABERTAS DO MERCADO BRASILEIRO**

**GOIÂNIA**

**2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Ana Claudia Santo Lima

#### 3. Título do trabalho

Transações com Partes Relacionadas: evidências de comparabilidade e honorários de auditoria em empresas abertas do mercado brasileiro.

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Silva Do Carmo, Professor do Magistério Superior**, em 04/05/2022, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA SANTO LIMA, Discente**, em 05/05/2022, às



16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2878010** e o código CRC **E52524D9**.

Referência: Processo nº 23070.008677/2022-81

SEI nº 2878010

**ANA CLAUDIA SANTO LIMA**

**TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: EVIDÊNCIAS DE  
COMPARABILIDADE E HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM EMPRESAS  
ABERTAS DO MERCADO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - FACE da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Ciências Contábeis

**Linha de Pesquisa:** Contabilidade Financeira

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo

**GOIÂNIA**

**2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lima, Ana Claudia Santo

Transações com Partes Relacionadas: evidências de Comparabilidade e Honorários de Auditoria em empresas abertas do mercado brasileiro [manuscrito] / Ana Claudia Santo Lima. - 2022. LXXIV, 74 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Comparabilidade. 2. Honorários de Auditoria. 3. Transações com partes Relacionadas. I. Carmo, Carlos Henrique Silva do , orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 01 da sessão de Defesa de Dissertação de **Ana Claudia Santo Lima**, que confere o título de Mestra em Ciências Contábeis, na área de concentração em Ciências Contábeis.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, a partir da(s) 14 horas e 00 minuto, na transmissão em videoconferência, pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Transações com Partes Relacionadas: evidências de comparabilidade e honorários de auditoria em empresas abertas do mercado brasileiro”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Carlos Henrique Silva do Carmo (PPGCONT/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Alex Mussoi Ribeiro (PPGC/UFSC), membro titular externo; cuja participação ocorreu através de videoconferência e Professor Doutor Lúcio de Souza Machado (PPGCONT/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Carlos Henrique Silva do Carmo, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos membros da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois.

## TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

**“Transações com Partes Relacionadas: evidências de comparabilidade e honorários de auditoria em empresas abertas do mercado brasileiro”**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Silva Do Carmo, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio De Souza Machado, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Mussoi Ribeiro, Usuário Externo**, em 24/02/2022, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2711539** e o código CRC **56F8B7F1**.

**Referência:** Processo nº 23070.008677/2022-81

SEI nº 2711539

Dedico este trabalho a Deus e a minha amada família.



## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero expressar toda a minha gratidão a Deus, autor e consumidor da minha fé. Ele me sustentou durante toda essa jornada, me capacitou para que eu chegasse a este momento. Sou imensamente grata a Ele, pois me deu sonhos muito maiores do que eu mesma tinha para mim, acreditou no meu potencial e me encorajou a percorrer este caminho lindo e cheio de desafios. Eu não poderia está mais contente e agradecida.

Chegar ao fim desta jornada é a realização de um grande sonho, o Mestrado pra mim não é apenas mais um diploma, mas de fato um passo em direção ao meu sonho maior, eu desejo contribuir com a mudança de vida de muitos, pois eu acredito piamente que a educação transforma vidas, assim como tem transformado a minha. Por isso, sou grata por esta incrível oportunidade.

Quero deixar registrado meu sincero agradecimento a todos os meus familiares, principalmente, a minha mãe Antônia, meu pai Miguel que me apoiaram incondicionalmente, oraram por mim e sempre me disseram palavras de encorajamento e de apoio. Sou imensamente grata pelas minhas irmãs Francisca, Acleciane e Ana Maria, vocês vibraram com minha vitória, compartilharam dos desafios, me animaram, enfim, sempre estiveram presente durante esta jornada e eu não poderia ter irmãs melhores. Agradeço também à minha sobrinha Ana Clara que me trouxe alegrias durante esse percurso, me mostrando que partilhar momentos em família também é necessário, sou grata, ainda, aos meus cunhados Josinaldo, Antônio e Marcos. Quero dizer que amo vocês, eu tenho a melhor família do mundo.

Não posso deixar de agradecer a Monique França, a quem hoje tenho orgulho de chamar de amiga, você certamente foi a pessoa escolhida por Deus para me estender a mão e me direcionar quando eu ainda estava confusa, muito obrigada. Sou grata ao meu amigo Allison Sousa, uma pessoa maravilhosa que muito me ajudou quando precisei. Agradeço a Ketlyn Gonçalves pelos muitos esclarecimentos e pelo suporte com a base de dados. Sou grata também a Poliana Gomes por toda prestatividade e auxílio durante o mestrado.

Agradeço também ao meu orientador, o melhor do PPGCont UFG, Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo, eu tirei a sorte grande em tê-lo como meu guia no mestrado. Muito obrigada pelas orientações, pelas cobranças, pelas pressões que não foram poucas. Obrigada também por acreditar em mim, me acalmar quando eu precisei e me impulsionar a alçar voos mais altos. Saiba que eu o tenho em grande estima e admiração, você me inspira a ser uma profissional exemplar e comprometida.

Sou grata aos professores Dr. Lúcio de Souza Machado e Dr. Alex Mussoi Ribeiro pelas contribuições feitas na dissertação, todas elas foram muito importantes para a finalização da pesquisa. Agradeço aos professores do PPGCont UFG pela partilha de conhecimento e aos funcionários da secretaria que em todo momento estiveram prontos para sanar as minhas dúvidas.

Agradeço aos meus amigos que me impulsionaram nesta jornada, em particular, Luanny Fernandes, Carliene Lima, Alan Sousa e Vanderleia Ximenes. Sou grata pelas muitas conversas, pelo apoio incondicional, posso dizer que fui agraciada com amigos de verdade. Quero externar a minha gratidão a todos os colegas do PPGcont UFG da turma 2020, além disso, o mestrado me deu oportunidade de fazer amigos que certamente levarei para a vida toda Ludimila Marinho, Artur Assunção, Jheneffer Santos e Maycon Cunha.

Sou grata pelo subsídio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que permitiu dedicar-me em tempo integral a fim de construir um trabalho que possa contribuir com a sociedade. Sou grata também aos membros da minha amada Igreja Batista Jerusalém que oraram por mim e me ajudaram durante este período. Por fim, agradeço

a todos que direta e indiretamente contribuíram para a finalização dessa dissertação e encerramento de mais um ciclo em minha vida. Muito obrigada!

*“Há uma força motriz mais poderosa que o vapor, a eletricidade e a energia atômica: a vontade”*  
Albert Einstein

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar a influência das transações com partes relacionadas (TPRs) na comparabilidade das demonstrações financeiras e nos honorários de auditoria de empresas abertas do mercado brasileiro. Dois argumentos opostos se consolidaram na literatura em relação às TPRs: o primeiro sustenta que as transações relacionadas podem ser utilizadas por um grupo de empresas com o intuito de reduzir custos, compartilhar recursos e até obter ganhos; já o segundo argumento, sob a perspectiva da Teoria da Agência, enfatiza que essas transações podem ser usadas oportunisticamente para expropriação de recursos das entidades. Partindo do pressuposto de que as TPRs podem surtir efeito na qualidade da informação contábil, num primeiro momento foi verificada a relação com a comparabilidade, na sequência, foi averiguado o seu efeito nos honorários de auditoria. Para tanto, foi adotada a premissa de que as TPRs podem reduzir a comparabilidade dos demonstrativos financeiros e em consequência aumentam os honorários dos auditores, pois a comparabilidade auxilia na melhoria da eficiência e da precisão de auditoria. O cálculo da medida de comparabilidade foi realizado por meio do método da similaridade da função contábil de DeFranco *et al.* (2011), os honorários de auditoria foram coletados do formulário de referência e mensurados mediante o logaritmo natural, em concordância com a pesquisa de Habib *et al.* (2015) e Al-Dhamari *et al.* (2018). No que tange às transações com partes relacionadas, foi adotado as TPRs ponderadas pelo ativo (Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020) para investigar a relação com a comparabilidade. Por outro lado, optou-se por usar as TPRs em sua forma logaritma (Habib *et al.*, 2015; Pratama, 2018; Ali *et al.*, 2021) para verificar a relação com os honorários de auditoria. No que se refere à análise dos dados, para estabelecer a relação entre TPRs e comparabilidade adotou-se a análise multivariada da regressão quantílica, por meio dos quantis 0.25, 0.50 e 0.75 em que são analisados os níveis menor, médio e maior de comparabilidade; em se tratando de TPRs e honorários de auditoria, foram estimados por meio de dados em painel. Os resultados encontrados sugerem que as TPRs de vendas e totais impactam negativamente a qualidade das informações, pois reduzem a comparabilidade das empresas que dispõem de níveis médio e máximo de comparabilidade; ademais, as transações relacionadas de vendas, compras e totais são complexas e majoram o risco de distorção relevante, resultando em honorários mais elevados. Esta pesquisa contribui com a expansão da literatura, ao acrescentar evidências da relação de transações relacionadas e qualidade da informação contábil no contexto brasileiro. Além de trazer implicações para investidores, analistas e auditores, ao indicar que a comparabilidade é reduzida para empresas que já possuem comparabilidade média e máxima, prejudicando o processo de tomada de decisão e que as TPRs de vendas, compras e totais são um risco para o processo de auditoria, por isso, precisam ser analisadas com maior precisão. Finalmente, os achados também fornecem alerta aos normatizadores quanto à proteção dos acionistas minoritários, visto que as transações relacionadas podem ser usadas para obscurecer as informações contábeis.

**Palavras chaves:** Comparabilidade; Honorários de Auditoria; Transações com partes Relacionadas.

## ABSTRACT

This research has aims to identify the influence of related party transactions (RPTs) on the comparability of financial statements and audit fees of publicly traded companies in the Brazilian market. Two opposing argument have been consolidate in the literature in relation to RPTs: the first one maintains that related transactions can be used by a group of companies with the aim of reducing costs, sharing resources and even obtaining gain; the second argument, supported by the agency theory emphasizes that these transactions can be used opportunistically to expropriate resources from entites based on the assumption that RPTs can have effect on the quality of accounting information. To this end, the premise was adopted that RPTs can reduce the comparability of financial reports and subsequently increase auditors fees, as comparability helps to improve audit efficiency and accuracy. The cauculation of the comparability measure was performed using the method of similarity of the accounting function by DeFranco *et al.* (2021), audit fees were collected from the reference form and measured using the natural logarithm, in agreement with the research by Habib *et al.* (2015) and Al-Dhamari *et al.* (2018). Regarding transactions with related parties, asset-weighted RPTs were adopted (Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020) to investigate the relationship with comparability. On the other hand, we chose to use RPTs in their logarithm form (Habib *et al.*, 2015; Pratama, 2018; Ali *et al.*, 2021) to verify the relationship with audit fees. Regard to data analysis, to establish the relationship between RPTs and comparability, the multivariate analysis of quantile regression was adopted, using quantiles 0.25,0, 0.50 and 0.75, in which the lowest, medium and highest levels of comparability are analyzed; in terms of RPTs and audit fees, they were estimated using panel data. The results found suggest that purchase and total RPTs negatively impact the quality of information, as they reduce the comparability of companies that have medium and maximum levels of comparability; moreover, the related sales, purchases and totals transactions are complex and increase the risk of material misstatement, resulting in higher fees. This research contributes to the expansion of the literature, by adding evidence of the relationship between RPTs and the quality of accounting information in the Brazilian context. In addition to bringing complications for investors, analysts and auditors, by indicating that comparability is reduced for companies have average and maximum comparability, harming the decision-making process and that sales, purchases and totals RPTs are a risk to the audit process, so they need to be analyzed more accurately. Finally, the findings also provide a warning to standard setters regarding the protection of minority shareholders, as related transactions can be used to obscure accounting information.

**Keywords:** Comparability; Audit Fees; Related Party Transactions.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição da Seleção da Amostra .....	28
Tabela 2 - Variáveis da Pesquisa.....	31
Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis por quartis .....	34
Tabela 4 - Matriz de Correlação de <i>Spearman</i> .....	36
Tabela 5 - Regressões Quantílicas .....	37
Tabela 6 - Descrição da Seleção da Amostra .....	48
Tabela 7 - Variáveis da Pesquisa.....	50
Tabela 8 – Análise descritiva dos dados.....	53
Tabela 9 - Matriz de Correlação de <i>Spearman</i> .....	54
Tabela 10 - Regressões com dados em Painel.....	55
Tabela A1 - Regressões Quantílicas - TPRs em logaritmo natural .....	71
Tabela A2 - Regressões com dados em painel - TPRs ponderadas pelo ativo.....	73

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 2 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: EVIDÊNCIAS DE COMPARABILIDADE EM EMPRESAS DO MERCADO BRASILEIRO</b> .....	19
<b>2.1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2.2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	22
2.2.1 Transações com partes relacionadas e qualidade da informação contábil.....	22
2.2.2 Comparabilidade das informações financeiras .....	24
<b>2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	28
2.3.1 População e Amostra.....	28
2.3.2 Modelos Empíricos de Comparabilidade dos demonstrativos financeiros.....	29
2.3.3 Variável Independente.....	31
2.3.4 Modelo Empírico Final.....	31
<b>2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	34
2.4.1 Análise Univariada .....	34
2.4.2 Análise bivariada .....	36
2.4.3 Análise multivariada.....	36
<b>3 CONCLUSÃO</b> .....	39
<b>CAPÍTULO 4 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: EVIDÊNCIAS DE HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM EMPRESAS DO MERCADO BRASILEIRO</b> .....	41
<b>4.1 INTRODUÇÃO</b> .....	41
<b>4.2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	44
4.2.1 Transações com partes relacionadas.....	44
4.2.2 Honorários de auditoria e transações com partes relacionadas .....	46
<b>4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	48
4.3.1 População e Amostra.....	48
4.3.2 Variável Dependente .....	49
4.3.3 Variável Independente.....	49
4.3.4 Modelo Empírico Final.....	49
<b>4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	53
4.4.1 Análise Univariada .....	53
4.4.2 Análise Bivariada .....	54
4.4.3 Análise Multivariada .....	55

<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>6 CONCLUSÃO DO ESTUDO .....</b>	<b>59</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE A – TESTES ADICIONAIS DE TPRs NOS MODELOS DE COMPARABILIDADE E HONORÁRIOS DE AUDITORIA.....</b>	<b>71</b>



## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

As relações contratuais, ocorridas mediante diversos tipos de transações, são a essência das organizações, neste sentido, é importante reconhecê-las como um conjunto de relacionamentos ou de contratos entre os indivíduos (Jensen & Meckling, 1976). Assim, os agentes envolvidos estão vinculados a certos padrões de expectativas e comportamentos, visto que oferecem algo para a firma e por ela são recompensados (Sunder, 2014).

Além de operações comuns realizadas com terceiros, as empresas podem executar transações com partes relacionadas. Parte relacionada, de acordo com Pozzoli e Venuti (2014), é aquela que pode exercer um grau de influência sobre a empresa e mediante transações deslocar recursos para dentro ou para fora das entidades.

Segundo Lee *et al.* (2016) as Transações com Partes Relacionadas (TPRs) são operações de uma entidade com acionistas, membros do conselho de administração e empresas afiliadas. Vale lembrar que relacionamentos com partes relacionadas são considerados normais para os negócios, no entanto, partes relacionadas podem vir a executar operações que terceiros não executariam, por exemplo, a venda de bens de uma controladora à sua controlada pelo preço de custo (CPC, 2010).

Conforme exemplificado acima, as TPRs podem ser realizadas por montantes distintos daqueles que seriam feitos se as partes não fossem relacionadas (CPC, 2010). Em decorrência disso, estas transações podem ter um efeito significativo e diferente sobre o desempenho econômico-financeiro e de mercado de uma entidade empresarial (Adam *et al.* 2020).

Dois argumentos opostos relativos à TPRs se consolidaram na literatura: a teoria do aumento da eficiência, a qual enfatiza que as transações podem ser utilizadas por um grupo de empresas para compartilhar recursos, reduzir os custos de transação, obtendo como resultado aumento nos retornos dos ativos (Al-Dhamari *et al.*, 2018), nesta circunstância, as empresas são propensas a fazerem uso da sustentação. Já, a partir da Teoria da Agência, percebe-se que as TPRs também podem ser usadas oportunisticamente com a intenção de expropriação por tunelamento de recursos de empresas ligadas (Chang & Hong, 2000; Rahmat *et al.*, 2020b).

O tunelamento (*tunneling*) e a sustentação (*propping*) são os dois principais padrões de comportamentos demonstrados pelos acionistas controladores na condução de transações com partes relacionadas. Além do mais, estes padrões opostos podem ser encontrados na mesma empresa em tempos distintos (Ying & Wuang, 2013).

De acordo com Johnson *et al.* (2000) o tunelamento se refere à transferência de ativos e lucros em benefício de seus acionistas controladores. Esta prática pode ocorrer de formas

distintas: o acionista controlador pode transferir riquezas por meio de transações de auto-negociação; pode aumentar sua participação na empresa sem transferir quaisquer ativos por meio de emissões de ações diluidoras; realizar negociação com informações privilegiadas, entre outros (Johnson *et al.*, 2000).

Por sua vez, as operações de sustentação são aquelas utilizadas pelos acionistas controladores para sustentar uma empresa controlada ou coligada em dificuldades, neste caso, eles podem transferir recursos temporariamente para impulsionar o desempenho da empresa (Peng *et al.*, 2011). Portanto, segundo Peng *et al.* (2011), os acionistas podem adotar um comportamento oposto em função das condições financeiras das empresas: aquelas em boas condições financeiras são propensas de serem usadas para transação por tunelamento; em contrapartida, empresas com problemas financeiros são mais suscetíveis de serem usadas transações relacionadas para sustentá-las, assim os acionistas poderão continuar desfrutando dos benefícios privados do controle.

Segundo Kohlbeck e Mayhew (2017) as TPRs estão associadas ao risco de que as demonstrações financeiras sejam materialmente distorcidas por meio de dois mecanismos. O primeiro mecanismo enfatiza o envolvimento da administração nas TPRs, se os gerentes não maximizam valores em favor dos acionistas, há um aumento na probabilidade de o fazerem para enriquecimento próprio. Neste sentido, as TPRs podem ocorrer por meio de empréstimos, garantias e acordos de consultoria com um diretor, executivos ou acionistas majoritários. No segundo mecanismo, os acionistas que utilizam as TPRs para extrair benefícios privados também estão interessados em obscurecer os demonstrativos financeiros (Kohlbeck & Mayhew, 2017), causando comprometimento da qualidade da informação.

Informações contábeis de qualidade trazem benefícios atrelados à melhoria da eficiência nos investimentos e na alocação de capital, promovem também a diminuição de assimetria informacional entre a empresa e os fornecedores externos de capital (Biddle & Hilary, 2006), ainda reduzem os custos de capital (Leuz & Verrecchia, 2000). Por outro lado, informações contábeis de má qualidade aumentam a assimetria de informação, os custos de agência e, ainda promovem proteção inadequada aos acionistas (Dyck & Zingales, 2004).

Geralmente são usadas métricas que captam atributos para medição da qualidade da informação como gerenciamento de resultados, relevância, persistência, conservadorismo, tempestividade e oportunidade (Moura *et al.*, 2016). Destaca-se que fatores normativos e características empresariais também podem influenciar a qualidade da informação, tais como as forças de mercado, a concentração de propriedade, alavancagem financeira, desempenho econômico e presença em listagem estrangeira (Fathi, 2013).

Aspectos econômicos, comportamentais e políticos também influenciam para que os diversos agentes econômicos não disponham da mesma qualidade ou quantidade de informações (Moura *et al.*, 2017). Assim, a qualidade das informações contábeis presentes nos demonstrativos financeiros é afetada pela regulação contábil e sistema de normas, auditoria, sistema de governança, relações jurídicas dos contratos, entre outros (Fathi, 2013; Miko & Kamardin, 2015).

Diante do exposto, é perceptível implicações na qualidade da informação em decorrência das operações e características das entidades, neste aspecto, as TPRs podem impactar a comparabilidade das demonstrações financeiras, ao levar em consideração que empresas que usam destas transações são mais propensas a fazerem escolhas contábeis que tornem suas informações menos comparáveis, com o intuito de minimizar a possibilidade de detecção de TPR ilegais para a redução de impostos e até para evitar escrutínio de outras partes interessadas (Lee *et al.*, 2016).

Além do mais, há também a possibilidade de que as TPRs funcionem como um instrumento de promoção de eficiência e redução de custos de transação mediante uma política de preços de transferência, de planejamento fiscal, de otimização de recursos interno, entre outros (Matos e Galdi, 2014). Dessa maneira, padrões de reconhecimento semelhante dos eventos econômicos contábeis podem ser formados, resultando no aumento da comparabilidade.

DeFranco *et al.* (2011) definem a comparabilidade a partir da ideia de que o sistema de contabilidade é um mapeamento dos eventos econômicos das demonstrações financeiras. Para um dado conjunto de eventos econômicos, duas empresas têm sistemas contábeis comparáveis se produzirem demonstrações semelhantes.

Do ponto de vista da eficiência da informação, de acordo com Zheng (2019), a comparabilidade das informações contábeis reduz o custo de aquisição, processamento e teste, minimizando a complexidade de auditoria, então os auditores podem investir relativamente menos tempo e energia em trabalhos de auditoria, de forma a agilizar a emissão de seus relatórios.

A comparabilidade é útil para os auditores na avaliação de risco de auditoria do cliente e reduz os custos de aquisição, processamento e teste de informações, ainda auxilia na melhoria da eficiência e da precisão de auditoria (Zhang, 2018). Assim, pode ser que em decorrência da baixa transparência e a natureza sofisticada das TPRs, as empresas tenham possibilidade de manipular os lucros relatados (Hwang *et al.*, 2013).

Se os auditores acreditam que as TPRs representam um risco de distorção relevante, provavelmente serão cobrados honorários mais altos para compensar os riscos de auditoria e os esforços que precisam ser realizados para desembaraçar as transações e fornecer uma garantia de que as TPRs não têm um valor devastador (Al-Dhamari *et al.*, 2018).

Partindo do pressuposto de que as TPRs podem surtir efeito na qualidade da informação contábil, principalmente no tocante à comparabilidade das demonstrações financeiras e aos honorários de auditoria, este estudo visa responder a seguinte indagação: Qual é o impacto ocasionado pelas TPRs na qualidade da informação contábil, especificamente, no prisma da comparabilidade e honorários de auditoria?

Esta pesquisa está organizada da seguinte maneira: no primeiro artigo será investigada a influência das TPRs na comparabilidade dos demonstrativos financeiros e, no segundo artigo, será investigada a influência das TPRs nos honorários de auditoria. Assim sendo, os objetivos da pesquisa são:

**•Investigar a influência das transações com partes relacionadas na comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas abertas do mercado brasileiro**

**•Investigar a influência das transações com partes relacionadas nos honorários de auditoria de empresas abertas do mercado brasileiro**

O propósito deste estudo é importante por diversos aspectos, a princípio, porque as TPRs têm chamado atenção cada vez mais de reguladores, investidores e da mídia por supostamente estarem relacionadas em diversos escândalos de demonstrativos financeiros (Fang *et al.*, 2018).

Em segundo lugar, de acordo com evidências do Leste Asiático, as TPRs totais bem como as TPRs anormais implicam em menor informatividade dos ganhos (Rahmat *et al.*, 2020a) e, por fim, empresas que praticam transações simples (empréstimos, garantias, consultorias, serviços jurídicos ou investimentos e alocações) com diretor, gestor ou acionista podem obter valor e retorno negativos (Kohlbeck & Mayhew, 2010).

Várias técnicas são utilizadas para mensurar as TPRs, em alguns estudos foi usado o valor monetário dessas transações em sua forma logaritma (Knupp; 2013; Souza *et al.*, 2013; Pratama, 2018; Ali *et al.*, 2021) ou ponderadas pelo ativo total (Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020). Outros empregaram uma variável *dummy* com o intuito de indicar a existência ou não de TPRs (Kohlbeck & Mayhew, 2010; Marchini *et al.*, 2018; El-Helaly *et al.*, 2018).

Além disso, as TPRs também são mensuradas a partir de sua natureza, isto é, são vistas como transações provavelmente benéficas ou prejudiciais para a empresa (Fooladi & Farhadi, 2019; Habib *et al.*, 2017; Kohlbeck & Mayhew, 2017). Outra perspectiva para a mensuração de TPRs está em fazer uso de uma regressão para obtenção de transações anormais. Neste sentido, Jian e Wong (2010) desenvolveram um modelo para medir os níveis anormais de vendas, incluindo componentes ligados à venda, tais como: tamanho, *market to book*, alavancagem e setor econômico. Deste modo, quaisquer valores não explicados (resíduo da regressão) por esses elementos são considerados TPRs anormais.

Para a consecução desta pesquisa, no estudo que trata da relação entre TPRs e comparabilidade, será aplicada a abordagem de TPRs ponderadas pelo ativo, tendo como intuito verificar se as transações relacionadas de compra e venda reduzem a comparabilidade dos demonstrativos financeiros. Em se tratando da relação entre TPRs e honorários de auditoria, serão empregadas as transações relacionadas de compra e venda em sua forma logaritma para analisar se este tipo de operação aumenta os honorários de auditoria tanto pela complexidade apresentada, quanto pelo risco de distorção relevante das informações.

Optou-se por utilizar as TPRs de vendas e compras de bens e serviços, pois são operações recorrentes, onde a manipulação tem menos probabilidade de ser detectada (Wong *et al.* 2015). Ademais, são mais prováveis de serem usadas para transferência de riquezas dos acionistas minoritários em prol dos acionistas controladores (Black *et al.* 2015 ).

Com esta pesquisa, espera-se contribuir com a expansão desta temática, levantando questões no âmbito acadêmico, tendo em vista que abordam as transações com partes relacionadas envolvendo a qualidade da informação contábil no âmbito da comparabilidade de demonstrativos financeiros e honorários de auditoria, temas ainda pouco discutidos na literatura internacional, inclusive, podendo obter resultados que demonstrem outras perspectivas ainda não exploradas, uma vez que não foram realizadas pesquisas desta natureza no Brasil.

Pretende-se, ainda, trazer evidências do impacto das TPRs na comparabilidade das informações contábeis para investidores e analistas, pois esta característica qualitativa da informação contábil influencia na tomada de decisão. Além de propiciar alertas para as empresas de auditoria sobre os possíveis riscos advindos com as TPRs, os quais podem influenciar nos honorários de auditoria e aos normatizadores quanto à proteção dos acionistas minoritários.

## **CAPÍTULO 2 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: EVIDÊNCIAS DE COMPARABILIDADE EM EMPRESAS ABERTAS DO MERCADO BRASILEIRO**

### **2.1 INTRODUÇÃO**

Uma das maneiras encontradas pelas empresas para atender melhor às suas necessidades econômicas no desafiador mundo dos negócios é o uso das Transações com Partes Relacionadas (TPRs). Segundo Cho e Lim (2018) as TPRs podem aumentar a eficiência de grandes conglomerados de negócios quando a assimetria das informações é grave e os custos de transações são muito altos, possibilitando também oferecer seguro mútuo e compartilhamento de risco, o que resulta em melhor desempenho como um grupo de empresas.

Apesar dos benefícios atrelados às TPRs, vale ressaltar que elas podem causar distorções nas demonstrações financeiras (Anastasia & Onuora, 2019). Nesta concepção, as TPRs são vistas como prejudiciais, porque as transações podem surgir de conflitos de interesses entre acionistas e serem realizadas em função do interesse dos acionistas controladores em expropriar riqueza dos acionistas minoritários (Jensen & Meckling, 1976; Lee *et al.*, 2016). Além disso, essas operações podem induzir em erro os usuários dos demonstrativos financeiros das empresas afetadas (Al-Dhamari *et al.*, 2018).

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 05 R1 (2010), as TPRs são transferências de recursos, serviços ou obrigações, entre a entidade que reporta a informação e uma parte relacionada (pessoa física ou jurídica), independentemente de haver uma contrapartida financeira.

Conforme Fooladi e Farhadi (2019), as TPRs são geralmente conduzidas por meio de operações complexas entre a empresa e suas partes relacionadas, assim, dificultam a descoberta de terceiros questionáveis ou de transações fraudulentas. Inclusive, as TPRs podem ser sinais de alerta para as partes interessadas por serem integrantes de um ambiente que é mais propício a uma menor qualidade da informação contábil (Kohlbeck & Mayhew, 2017).

Seguindo o direcionamento da concepção de conflitos de interesse, as TPRs podem influenciar na qualidade das informações contábeis, mais especificamente, comprometendo a comparabilidade das demonstrações financeiras, conforme evidência do estudo de Lee *et al.* (2016). Kohlbeck & Mayhew (2017) destacam que é possível que as TPRs promovam

transferências de riquezas em detrimento dos acionistas e forneçam um mecanismo potencial para a manipulação de informações pelos gerentes.

Por exemplo, no primeiro caso, as partes relacionadas podem entrar numa transação de compra em que o preço pago é superior ao de mercado. Em relação à segunda situação, o preço pago à parte relacionada pela compra de um bem pode ser ajustado para aumento ou diminuição da margem de lucro bruto, assim as vendas podem ser aceleradas por conluio com a parte relacionada (Kohlbeck & Mayhew, 2017). Portanto, é possível que as escolhas contábeis dos termos e volumes empregados nas TPRs gerem uma associação negativa com a comparabilidade (Lee *et al.*, 2016).

Conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro – CPC 00 (R2), elaborada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2019, a comparabilidade é a característica qualitativa de melhoria que possibilita aos usuários da informação contábil identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade exige, pelo menos, dois itens.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2016b) para que a comparabilidade seja alcançada, é necessário que haja um reflexo econômico nos demonstrativos financeiros entre duas companhias ou da mesma companhia no decorrer do tempo, ou seja, as companhias devem possuir uma base de mensuração e uma apresentação equivalentes em suas realidades econômicas.

Ross *et al.* (2020) pesquisaram sobre os determinantes da comparabilidade tanto entre países como no nível de empresas. O estudo revelou que a comparabilidade é maior nas empresas em países com contabilidade baseada em regras, com requisitos mais fortes para auditores, aplicação mais rigorosa dos padrões de contabilidade e mais confiança no mercado de ações. No nível de empresa, os resultados indicaram que empresas maiores, com menor envolvimento em gerenciamento de resultados e com menor volatilidade de retorno são mais comparáveis entre si.

Em contexto nacional, Sousa *et al.* (2020a) investigaram acerca da influência dos ciclos econômicos na comparabilidade. Os achados indicaram que a comparabilidade da informação contábil apresentou diminuição nos ciclos econômicos de recuperação e expansão, de forma contrária, os resultados sugerem que em períodos de contração econômica ocorre o aumento da comparabilidade. Depreende-se que o ciclo econômico tem implicações na comparabilidade.

Desta forma, embora fatores econômicos comuns influenciem as empresas dentro do mesmo setor ou, pelo menos, de forma semelhante, e, portanto, aumentam a comparabilidade, fatores específicos da empresa, como características financeiras ou operações e os sistemas de divulgação podem reduzir a comparabilidade (Lee *et al.*, 2016).

Em vista disso, as TPRs são suscetíveis de provocarem redução da comparabilidade, pois mesmo que na prática não ocorra operações desta natureza entre empresas, a existência desse tipo de relacionamento já exerce influência sobre suas atividades (Anastasia & Onuora, 2019). Além disso, as TPRs podem estar ligadas ao risco material nas demonstrações contábeis por meio do envolvimento da administração e dos acionistas na expropriação de benefícios para si mesmos, e pelo interesse em ofuscar os demonstrativos financeiros (Kohlbeck & Mayhew, 2017).

Portanto, presume-se que as TPRs podem causar distorções relevantes nas demonstrações financeiras, prejudicando a comparabilidade dos relatórios financeiros por terem uma natureza complexa (Gordon & Henry, 2005), pela diferença na natureza e complexidade das transações de acordo com o uso aplicado pelos gerentes e acionistas controladores (Kohlbeck & Mayhew, 2010), pelo prejuízo causado na fidelidade representacional e verificabilidade dos dados contábeis e, finalmente, por reduzirem a qualidade das informações contábeis (Rahmat *et al.*, 2020b).

Desta forma, pretende-se responder à seguinte questão de pesquisa: Qual a influência das TPRs na comparabilidade das demonstrações financeiras em empresas abertas do mercado brasileiro? Assim, tem-se como objetivo geral desta pesquisa identificar a influência das transações com partes relacionadas na comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas abertas do mercado brasileiro.

A relevância deste estudo está em analisar a qualidade das informações contábeis, levando em consideração que as TPRs podem provocar efeitos na comparabilidade dado sua complexidade, identificação, avaliação, divulgação e potencial *red flag* para distorção e fraude (Mano, 2020). Visto que a comparabilidade é uma medida de qualidade da informação que está no cerne das decisões de investimento e possui papel essencial na qualidade do ambiente informacional (Ribeiro *et al.*, 2019).

Para consecução desta pesquisa, mensurou-se a comparabilidade por meio da métrica de similaridade da função contábil (DeFranco *et al.*, 2011) e as TPRs de compras, de vendas e totais (vendas+compras) foram ponderadas pelo ativo, a abordagem usada nos estudos de Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020.



Esta pesquisa coopera com a expansão da teoria ao indicar a associação negativa entre TPRs e comparabilidade num ambiente de propriedades altamente concentrada. Vale lembrar que a análise deu-se a partir de níveis (menor, médio e maior) de comparabilidade, diante disso, os resultados sugerem que as transações relacionadas funcionem como redutoras da qualidade das informações contábeis, pois usam padrões distintos de reconhecimento, evidenciação e divulgação dos eventos econômicos, entretanto, somente provoca efeitos para empresas enquadradas nos níveis médio e máximo de comparabilidade.

De igual modo, traz contribuições para analistas, investidores e auditores ao indicar que as transações relacionadas são usadas para expropriação de riquezas e/ou indicativo de manipulação de informações, prejudicando a qualidade dos demonstrativos financeiros. Salienta-se que estes resultados sejam vistos com cautela, já que somente as transações de vendas, de compras e totais foram objetos de análise neste estudo.

## **2.2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.2.1 Transações com partes relacionadas e qualidade da informação contábil**

Parte relacionada é aquela que exerce influência importante nas políticas operacionais das partes em transação ou detém uma participação acionária em uma delas (Fooladi & Farhadi, 2019). Portanto, as partes relacionadas podem usar sua influência nas operações e estabelecer termos em seu favor, são geralmente feitas por meio de transações complexas entre a empresa e seus gerentes, diretores, subsidiárias e principais acionistas, desta forma, é difícil para terceiros descobrir transações questionáveis ou fraudulentas (Huang & Liu, 2010).

As TPRs são consideradas comuns nos negócios e envolvem transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, mesmo que não haja uma contrapartida financeira (CPC, 2010). Devido à possibilidade de realizar operações que um terceiro não realizaria, a norma admite que o relacionamento com partes relacionadas pode provocar efeitos na demonstração de resultados e no balanço patrimonial, mesmo que não ocorra transações entre elas.

O CPC 05 R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - enfatiza que, independente da ocorrência ou não de TPRs, é obrigatório a divulgação do relacionamento entre controladora e suas controladas, pois possibilita que os usuários das demonstrações financeiras sejam capazes de formar uma visão apropriada sobre os efeitos desses relacionamentos.

Além disso, a norma (CPC 05 R1, 2010) também traz exemplos de TPRs que devem ser divulgados, tais como, compras ou vendas de bens; compras ou vendas de propriedades e outros ativos; prestação ou recebimento de serviços; arrendamentos; transferências de

pesquisa e desenvolvimento; transferências mediante acordos de licença; fornecimento de garantias, avais ou fianças.

As TPRs, sob o ponto de vista de transações eficientes, seguem a premissa de que as negociações são vistas como trocas comerciais sólidas, atendendo as necessidades das empresas (Gordon *et al.*, 2004). Desta forma, reduzem custos de transações e aumentam a eficiência por meio da criação de um mercado interno que favorece as empresas do grupo empresarial (Pozzoli & Venuti, 2014).

Na perspectiva do conflito de interesses, baseada na Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), as TPRs funcionam como um possível mecanismo de expropriação por parte de gerentes, acionistas majoritários ou ambos para extrair benefícios privados à custa dos acionistas minoritários (Di Carlo, 2014). Assim, quando da divulgação das TPRs os acionistas majoritários podem estar ocultando detalhes dessas operações, privando as minorias de terem informações claras, completas e inequívocas sobre as transações (Marchini *et al.*, 2019), provocando redução na qualidade das informações contábeis.

A qualidade das informações contábeis pode ser entendida como a divulgação que representa corretamente a situação econômica de determinada entidade e o grau com que os resultados refletem os conceitos básicos da contabilidade (Chen *et al.*, 2010). É comum que as pesquisas que seguem esta linha sejam feitas por meio de métricas tais como a relevância, persistência, gerenciamento de resultados, conservadorismo entre outras (Moura *et al.*, 2016).

Fatores normativos e determinadas características empresariais como a concentração de propriedade, alavancagem financeira, presença em listagem estrangeira e desempenho econômico, além das forças de mercado podem influenciar na qualidade da informação contábil (Fathi, 2013).

Logo, as TPRs por serem operações diversificadas e complexas (Gordon *et al.*, 2004) podem afetar a qualidade das informações contábeis, portanto, tendo em vista que o Brasil é caracterizado como um país que possui uma estrutura de propriedade concentrada e uma baixa proteção aos acionistas minoritários (Souza, 2014), este estudo está sob a visão de conflitos de interesse, sustentado pela Teoria da Agência.

Neste contexto, trabalhos como o de Rodrigues *et al.* (2007), El-Helaly (2016) e Rahmat *et al.* (2020b) se atentaram em analisar as TPRs e qualidade da informação contábil, os resultados apesar de serem divergentes, acrescentam evidências que comprovam diversas perspectivas das TPRs do ponto de vista da qualidade das informações apresentadas nos demonstrativos financeiros, comprovando que as escolhas contábeis direcionam o uso de transações relacionadas.

## 2.2.2 Comparabilidade das informações financeiras

Uma das principais fontes usadas pelos usuários da contabilidade para a tomada de decisão são as informações apresentadas por meio das demonstrações financeiras (Rodrigues *et al.*, 2007). O objetivo primordial dos demonstrativos financeiros para fins gerais é fornecer informações úteis para a tomada de decisões (CPC, 2019).

Desde que as informações contábeis sejam relevantes e representem fidedignamente as informações, as características qualitativas de melhoria (comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade) aumentam a qualidade da informação. (CPC, 2019). Nesse sentido, em específico, a comparabilidade da informação contábil segundo Simmons (1967) potencializa a utilidade das demonstrações financeiras pelos usuários externos, pois ajuda os investidores a comparar as informações entre as empresas para auxiliar suas decisões de alocação de recursos (Lee *et al.*, 2016).

A comparabilidade é entendida como uma característica da qualidade da informação contábil que possibilita aos usuários identificar e compreender semelhanças e diferenças entre itens, para tanto, utiliza-se de, no mínimo, dois itens (CPC, 2019). Desta forma, as demonstrações financeiras mais comparáveis fornecem melhores referências entre si, tornando mais fácil adquirir e processar informações (Chen & Gong, 2019).

O desempenho econômico e financeiro de uma companhia com outra ou dela mesma ao longo de um período, só pode ser comparado pelos usuários se as companhias estiverem sujeitas ao mesmo evento econômico e às mesmas condições institucionais, desta forma, reconheçam e mensurem fatos patrimoniais similarmente (Simmons, 1967). Barth *et al.* (2008) e Barth (2014) afirmam que o reconhecimento dos reflexos econômicos nos relatórios financeiros proporciona aos usuários externos, no que diz respeito aos seus investimentos, a possibilidade de fundamentar a tomada de decisão.

No decorrer do tempo, a partir de diferentes discussões, foram desenvolvidas métricas para mensurar a comparabilidade. A métrica de Taplin (2004), por exemplo, teve como objetivo capturar o nível de comparabilidade entre pares de empresa. Para tanto, duas empresas devem ser consideradas comparáveis quando utilizam da mesma política contábil para determinado item patrimonial. No entanto, por desprezarem os reflexos econômicos nos relatórios financeiros não captura a comparabilidade adequadamente.

Lang *et al.* (2010) também desenvolveram uma métrica com a finalidade de capturar a comparabilidade das demonstrações financeiras mediante pares de empresas. A técnica utiliza a distância da covariação dos lucros de uma empresa em relação à outra. Esta métrica, assim

como a de Taplin (2004), não leva em consideração os reflexos econômicos nos relatórios financeiros. De acordo com Ribeiro *et al.* (2016a), tais métricas por utilizarem apenas de *inputs*, isto é, dados de entrada, não conseguem estabelecer a ligação entre o evento econômico e sua tradução no modelo contábil das companhias.

Para capturar a comparabilidade, diferentemente das medidas anteriores, DeFranco *et al.* (2011) desenvolveram uma métrica baseada em resultados ou *outputs*, denominada de similaridade da função contábil. Os autores salientam que, por ser uma medida mais dinâmica, consegue mapear os reflexos dos eventos contábeis ao longo do tempo. Ribeiro *et al.* (2016a) esclarecem que, por ser uma medida de *outputs*, a comparabilidade obtida por este modelo apresenta maior confiabilidade na coleta dos dados, maior robustez e menos viés do pesquisador.

Desta forma, resultante de suas vantagens, a métrica de DeFranco *et al.* (2011) tem sido utilizada em diversos trabalhos que envolvem a comparabilidade nos mais diversificados temas, como aumento das previsões de analistas (DeFranco *et al.*, 2011), aumento da alocação de capital entre países (Yip & Young, 2012; DeFond *et al.*, 2011; Fang *et al.*, 2015), a facilidade no que diz respeito ao conteúdo informacional entre usuários de diferentes países (Wang, 2014), a comparabilidade e o risco de auditoria (Zhang, 2018).

Chen e Gong (2019) investigaram sobre o impacto da comparabilidade na qualidade dos relatórios e as implicações dos *accruals* nas companhias. Ao usar representações, mapeamento de acréscimos em fluxos de caixa, persistência de ganhos e honorários de auditoria como medida de qualidade de relatórios financeiros, os autores evidenciaram maiores níveis de comparabilidade, melhorando o ambiente de informações dos gestores e, portanto, a qualidade de seus demonstrativos financeiros. Os resultados indicam ainda que a comparabilidade está associada a uma forma mais precisa de previsões gerenciais e a uma qualidade mais alta de relatórios financeiros quando as acumulações discricionárias representam tentativas dos gerentes sinalizarem o desempenho futuro da empresa.

A partir dessas evidências, entende-se que a comparabilidade é responsável por aumentar a utilidade das informações presentes nas demonstrações financeiras e, assim, torna-se útil para a tomada de decisão dos usuários externos (Sousa, 2020), contribuindo com a qualidade das informações contábeis.

No contexto de parte relacionada, tais transações podem criar um mercado interno dentro de um conglomerado e representar negócios capazes tanto de reduzir os custos de transferência quanto de aumentar a eficiência da comercialização (Pozzoli & Venuti, 2014). Neste aspecto, a comparabilidade pode vir a se beneficiar dos padrões adotados por estas

empresas na tradução do evento econômico para a contabilidade, apresentando resultados contábeis similares (Ribeiro *et al.*, 2016b).

De outro modo, as TPRs podem deturpar a realidade e levar a uma ausência de conhecimento de questões críticas por parte dos investidores minoritários, assim, diante da falta de informações claras, os usuários podem tomar decisões que venham a prejudicar seus próprios interesses (Marchini *et al.*, 2019). Adicionalmente, devido à natureza de possuírem condições diferentes de mercado, as transações relacionadas podem funcionar como potencial mecanismo de manipulação da informação financeira (Kohlbeck & Mayhew, 2017).

Desta forma Lee *et al.* (2016), num estudo no mercado de ações coreanos, investigaram a associação entre TPRs e comparabilidade das informações contábeis. O período de estudo compreendeu os anos de 2006 a 2010 com uma amostra de 2.427 observações de empresa-ano. As informações foram coletadas do banco de dados Data Guide Pro e as informações envolvendo as TPRs do Kis-Value. Para mensurar a comparabilidade foi utilizado o modelo de DeFranco *et al.* (2011). Foram utilizadas três medidas principais para capturar três diferentes aspectos das TPRs: tamanho, volatilidade e tamanho das TPRs não monetárias.

A primeira medida é baseada na demonstração de resultados, definida a partir do total de vendas, compras, outras receitas e outras despesas de TPRs divididas pelas vendas totais da empresa no ano. A medida que envolve a volatilidade das TPRs é subdividida em duas: a primeira é o valor absoluto de mudanças nas TPRs do período anterior; a segunda é o desvio padrão das TPRs nos últimos cinco anos. Por fim, a terceira medida é chamada de TPRs não monetárias e tem por base itens do balanço patrimonial. Especificamente, é definida como o tamanho total dos créditos e débitos incorridos de TPRs em relação às vendas totais da empresa no ano.

Os resultados alcançados sugerem a existência de uma forte associação negativa entre a magnitude das TPRs e a comparabilidade. O estudo revelou que a comparabilidade das demonstrações financeiras diminui conforme haja o aumento de TPRs nas três medidas analisadas. Além disso, os autores descobriram que a comparabilidade diminui com TPRs, uma vez que a discricção da administração provavelmente estará envolvida na determinação do volume e dos termos dessas operações e empresas envolvidas com TPRs fazem escolhas contábeis menos comparáveis a seus pares para evitar detecção do governo de TPRs ilegais.

Li *et al.* (2021), por sua vez, analisou a influência da qualidade dos controles internos na comparabilidade das informações contábeis e das TPRs na China. Os autores utilizaram ações de empresas listadas nas bolsas de valores de Xangai e Shenzhen, dos anos de 2015 a

2019. Para este estudo foram usadas apenas transações que envolvem a quantidade de mercadorias e serviços fornecidos ou recebidos por uma empresa como o índice de medição das TPRs.

Neste sentido, as TPRs foram classificadas em transações normais e anormais. Para as TPRs normais, utilizou-se o valor anual das operações de bens e serviços divididos pela receita operacional. Já para as TPRs anormais, aplicou-se o modelo de Jian e Wong (2010), em que é feita uma regressão incluindo as variáveis de tamanho, alavancagem, *market to book* e setor, os resíduos da regressão são considerados as TPRs anormais. Para medir a comparabilidade, recorreu-se ao modelo desenvolvido por DeFranco *et al.* (2011). Por fim, para o controle interno, o estudo adotou o logaritmo natural do banco de dados de controle interno e gerenciamento de riscos do DIB.

Os resultados comprovam que as TPRs normais e as TPRs anormais são negativamente correlacionadas com a comparabilidade das informações contábeis. Entretanto, somente as TPRs anormais são significantes e prejudica a comparabilidade, de forma contrária, a qualidade dos controles internos influencia positivamente, pois quanto melhor a qualidade do controle interno, mais forte o efeito restritivo nas TPRs anormais.

Assim como aplicado no trabalho de Li *et al.* (2021), este estudo faz uso somente das vendas e compras de bens e/ou serviços. Para medi-las foi utilizado o valor anual destas transações ponderadas pelo ativo (Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020). Por fazerem parte de operações comuns nas empresas, as vendas e compras relacionadas são transações em que a manipulação tem menor probabilidade de ser identificada (Wong *et al.* 2015), além disso, estas transações são mais propensas a serem usadas para expropriar riquezas (Black *et al.* 2015 ). Diante disso, levanta-se a seguinte hipótese de pesquisa.

**H1: As TPRs reduzem a comparabilidade das demonstrações financeiras.**

A hipótese deste estudo é verificada a partir das *proxies* de transações relacionadas de compras e vendas, conforme destacado abaixo:

- **As TPRs de compras reduzem a comparabilidade das demonstrações financeiras.**
- **As TPRs de vendas reduzem a comparabilidade das demonstrações financeiras.**
- **As TPRs de compras e vendas em conjunto reduzem a comparabilidade das demonstrações financeiras.**

## 2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.3.1 População e Amostra

Com o intuito de identificar a influência das TPRs na comparabilidade das demonstrações financeiras, foram selecionadas na base de dados Economática® as empresas com ações negociadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3) e com dados disponíveis para o cálculo da comparabilidade dos relatórios financeiros ao considerar os anos de 2010 a 2020, totalizando 128 empresas.

Na sequência, para determinar a amostra final, as empresas foram analisadas em função do setor e da atividade, conforme a classificação setorial da *North American Classification System* (NAICS) nível 2. Tal classificação se faz necessária, visto que para mensurar a comparabilidade as companhias precisam ser segmentadas de acordo com atividades semelhantes, além disso, esta é a segregação mais utilizada em trabalhos sobre a comparabilidade (Lang *et al.*, 2010; DeFranco *et al.*, 2011; Yip & Young, 2012; Ribeiro *et al.*, 2016a; Sousa, 2020).

Logo depois, foram escolhidos apenas os setores com, pelo menos, quatro ou mais empresas. A seleção de um número mínimo de empresas por setor é indispensável, porque evita o aumento de graus de liberdade, além de que esta restrição evita prejuízos no cálculo da medida de comparabilidade das empresas de um setor específico (Ribeiro, 2014). Desta maneira, a amostra final desta pesquisa é composta por 53 empresas (totalizando 363 observações), conforme mostrado na Tabela 1.

**Tabela 1 - Descrição da Seleção da Amostra**

<b>Etapas da seleção da amostra</b>	<b>Nº empresas</b>
(=) Empresas com ação negociada na B3	479
(-) Exclusão de instituição de intermediação de crédito e atividades relacionadas	(26)
(-) Empresas com dados faltantes para medir a comparabilidade	(203)
(-) Empresas com dados faltantes que não possuem TPRs de vendas ou compras	(197)
<b>(=) Amostra Final</b>	<b>53</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que a amostra deste estudo é composta por dados após a convergência das IFRS - *Internacional Financial Reporting Standards* - ocorrida em 2010. Portanto, o período inicial de análise correspondeu ao último trimestre de 2013, uma vez que para mensurar a comparabilidade é preciso o uso de informações referentes a 16 trimestres, ou seja, 15 trimestres anteriores mais o atual (Sousa, 2020).

No intuito de manter as características referentes às operações das empresas que compõem a amostra desta pesquisa, principalmente, ao levar em consideração a

comparabilidade dos relatórios financeiros, foram utilizadas neste estudo informações provenientes das demonstrações financeiras individuais em concordância com os trabalhos de Ribeiro *et al.* (2016a), Ribeiro *et al.* (2016b), Ribeiro *et al.* (2019) e Sousa (2020).

Devido à eliminação integral de dados relativos às transações com partes relacionadas (ativos, passivos, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa) quando da consolidação dos demonstrativos financeiros, os dados necessários foram coletados dos demonstrativos individuais das empresas controladoras, método adotado por Gonçalves (2021).

### 2.3.2 Modelo empírico de Comparabilidade dos demonstrativos financeiros

A mensuração da comparabilidade nesta pesquisa foi feita mediante a similaridade da função contábil, métrica desenvolvida por DeFranco *et al.* (2011). Na medida o valor de mercado foi substituído pelo ativo total, conforme os trabalhos de Yip e Young (2012), Ribeiro *et al.* (2016b) e Sousa *et al.* (2020b). Para medir a comparabilidade, o primeiro passo foi estimar a função contábil de cada empresa, considerando o período temporal dos últimos 16 trimestres (4 anos) assim como utilizado nos trabalhos de DeFranco *et al.* (2011), Zhang (2018) e Sousa (2020), conforme a seguinte equação:

$$ROA_{it} = \alpha_i + \beta_i \text{Retorno}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (1)

Em que:

$ROA_{it}$  = Lucro líquido trimestral sobre o ativo total final da empresa *i* no período *t* não consolidado.

$\text{Retorno}_{it}$  = Retorno médio trimestral da empresa *i* no período *t*, calculado com base no preço de fechamento das ações com maior presença ajustado para proventos e desdobramentos.

A respeito do retorno, esta pesquisa segue o mesmo procedimento utilizado por Ribeiro *et al.* (2016a), em que foram usadas as ações com maior presença com o objetivo de evitar possíveis distorções na medida de comparabilidade, tendo em vista, a falta de negociação de algumas ações ordinárias.

O passo seguinte foi a estimação dos parâmetros das funções individuais a partir dos resultados da Equação (1), desta forma, foi projetado o ROA Esperado [E(ROA)] de cada companhia segundo a Equação 2.

$$E(ROA)_{it} = \hat{\alpha}_i + \hat{\beta}_i \text{Retorno}_{it}$$

Equação (2)

Em que:

$E(ROA)_{it}$  = ROA previsto da companhia *i* com os parâmetros individuais da função contábil da companhia *i* e o retorno da companhia *i* para o trimestre *t*.



Posteriormente, de modo semelhante, foi calculado o ROA Esperado da mesma empresa com os estimadores das demais companhias do mesmo setor, de acordo com a equação abaixo:

$$E(\text{ROA})_{ijt} = \hat{\alpha}_j + \hat{\beta}_j \text{Return}_{it} \quad \text{Equação (3)}$$

Em que:

$E(\text{ROA})_{ijt}$  = ROA previsto da companhia j com os parâmetros individuais da função contábil da companhia j e o retorno da companhia i para o trimestre t.

Tais procedimentos foram utilizados nos estudos de Yip e Young (2012), Ribeiro *et al.* (2016b) e Sousa *et al.* (2020b). Ao considerar o evento econômico de uma empresa por meio dos estimadores de outra companhia do mesmo setor, a ideia é que o evento econômico se mantenha constante. Com isso, a comparabilidade das empresas compreende a média da distância dos resultados da Equação (2) e (3) levando em consideração cada período trimestral, ou seja,  $[E(\text{ROA}_{iit}) - E(\text{ROA}_{ijt})]$ . Assim, tem-se a Equação 4:

$$\text{Comp}_{ijt} = -\frac{1}{16} \sum_{t=15}^t |E(\text{ROA}_{iit}) - E(\text{ROA}_{ijt})| \quad \text{Equação (4)}$$

Em que:

$\text{Comp}_{ijt}$  = Medida de comparabilidade individual relativa da companhia i com base na companhia j no período t;

$E(\text{ROA})_{iit}$  = ROA previsto da companhia i com os parâmetros individuais da função contábil da companhia i e o retorno da companhia i para o trimestre t;

$E(\text{ROA})_{ijt}$  = ROA previsto da companhia j com os parâmetros individuais da função contábil da companhia j e o retorno da companhia i para o trimestre t.

Em face da comparabilidade ser mensurada pela distância entre as funções, quanto mais próxima forem as duas funções, maior é a comparabilidade entre as companhias (DeFranco *et al.*, 2011). Seguindo os procedimentos usados por DeFranco *et al.* (2011), o resultado da Equação 4 foi multiplicado por -1, para que a curva da medida de comparabilidade fosse ascendente e facilitasse a visualização gráfica, bem como, a sua interpretação.

Uma vez que a medida de comparabilidade da Equação 4 representa uma medida relativa, ou seja, a comparabilidade da companhia i em relação à companhia j, neste sentido, para alcançar a medida de comparabilidade individual geral, foi necessário calcular a comparabilidade para as diferentes combinações possíveis de pares de companhias pertencentes à mesma classificação setorial, conforme demonstrado na equação abaixo:

$$\text{COMPM}_{it} = \frac{\sum \text{Comp}_{it}}{n}$$

Equação (5)

Em que:

$\text{COMPM}_{it}$  = Medida de comparabilidade individual média da companhia i em relação às companhias pares de mesma classificação setorial para o período t;

$\text{Comp}_{ijt}$  = Medida de comparabilidade relativa de cada par de companhias pertencentes à mesma classificação setorial para o período t;

n = Número de combinações pares possíveis da companhia i em relação às companhias pertencentes à mesma classificação setorial.

Tanto os processos usados para a medida de comparabilidade relativa quanto a de comparabilidade individual média foram utilizadas nas pesquisas de Ribeiro *et al.* (2016a), Ribeiro *et al.* (2016b), Ribeiro *et al.* (2019) e Sousa *et al.* (2020b).

### 2.3.3 Variável Independente

Este estudo adotou como variáveis independentes as TPRs de compras e vendas de bens e/ou serviços, e a junção das compras + vendas (TPR totais) ponderadas pelo ativo, tem-se como base os estudos de Hasnan *et al.* (2016), Shin *et al.* (2019) e Jalan *et al.* (2020) os quais adotaram a mesma medida para transações relacionadas. As informações referentes a estas variáveis foram coletadas das notas explicativas das empresas que divulgaram transações relacionadas (vendas e compras) nos demonstrativos financeiros.

### 2.3.4 Modelo Empírico Final

A partir do uso do modelo de similitude da função contábil de DeFranco *et al.* (2011) e das TPRs de vendas e compras ponderadas pelo ativo (Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020), o modelo empírico final usado nesta pesquisa está apresentado na Equação 6. O referido modelo tem como variável dependente a comparabilidade (COMP), como variáveis independentes as três medidas de TPRs: TPRV (venda), TPRC (compra) e TPRT (venda + compra); e como variáveis independentes de controle tamanho, alavancagem, *market to book*, auditoria, grau de alavancagem operacional e ano, conforme apresentado na Tabela 2.

$$\text{COMP}_{it} = \alpha + \beta_1 \text{TPR} + \text{Variáveis de Controle}$$

Equação (6)

**Tabela 2 - Variáveis da Pesquisa**

Variáveis	Descrição	Coleta	Medida	Referências
Variável Dependente				
COMP	Comparabilidade individual média	Econômica ®	$\text{ROA}_{it} = \alpha_i + \beta_i \text{Retorno}_{it} + \epsilon_{it}$	DeFranco <i>et al.</i> (2011)

	por setor			
Variáveis Independentes de Interesse				
TPRV	Vendas entre partes relacionadas	Nota explicativa	TPRs de Vendas ponderadas pelo ativo	Hasnan <i>et al.</i> (2016); Shin <i>et al.</i> (2019); Jalan <i>et al.</i> (2020)
TPRC	Compras entre partes relacionadas	Nota explicativa	TPRs de Compras ponderadas pelo ativo	Hasnan <i>et al.</i> (2016); Shin <i>et al.</i> (2019); Jalan <i>et al.</i> (2020)
TPRT	TPR totais	Nota explicativa	TPRs de vendas+compras ponderadas pelo ativo	Hasnan <i>et al.</i> (2016); Shin <i>et al.</i> (2019); Jalan <i>et al.</i> (2020)
Variáveis Independentes de Controle				
TAM	Tamanho	Economática ®	Logaritmo natural do ativo total do fim do período	Ryngaert e Thomas (2012), Lee <i>at.</i> (2016), Sousa <i>et al.</i> (2020a)
ALAV	Alavancagem	Economática ®	Passivo Total / Ativo Total	Lee <i>et al.</i> (2016); Zheng (2019)
MB	Mede a expectativa de crescimento do negócio para o mercado	Economática ®	Valor de Mercado / PL Contábil	Lee <i>et al.</i> (2016); Sousa <i>et al.</i> (2020b)
AUD	Empresa de Auditoria	Relatório do auditor independente	<i>Dummy</i> : 1 para empresas auditadas por <i>Big Four</i> e 0 caso contrário	Moura <i>et al.</i> (2017); Zhang (2018)
GAO	Grau de alavancagem operacional	Economática ®	Lucro Bruto / (Lucro Bruto - Despesas com Vendas e Despesas Administrativas)	Ribeiro <i>et al.</i> (2016a); Ribeiro <i>et al.</i> (2016b); Sousa <i>et al.</i> (2020)
ANO	Período anual	Economática ®	Períodos anuais de 2013 a 2020	Ribeiro <i>et al.</i> (2019); Sousa <i>et al.</i> (2020b); Sousa (2020)

Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo pesquisas anteriores, foram incluídas variáveis de controle (vide Tabela 2) além das três medidas de TPRs que têm potencial para afetar a comparabilidade e, conseqüentemente, a qualidade das demonstrações financeiras.

A variável TAM corresponde ao tamanho das empresas. De acordo com Chauhan e Kumar (2018) o tamanho da empresa afeta a qualidade da contabilidade, uma vez que empresas maiores são observadas e monitoradas por analistas, investidores e outros reguladores. Desta forma, espera-se que o tamanho esteja positivamente relacionado com a comparabilidade.

A variável ALAV foi incluída no modelo para controlar o potencial efeito de alavancagem de uma empresa sobre a discricionariedade da gestão nos relatórios financeiros (DeFond & Jiambalvo 1994; Sweeney 1994). Pesquisas como a de Bao e Lewellyn (2017) e Ribeiro e Colauto (2016) indicam que empresas muito alavancadas com um nível elevado de endividamento são mais propensas a execução de práticas que prejudicam a qualidade da informação. Neste sentido, presume-se uma relação negativa com a comparabilidade.

Também foi incluído o *Market to book* (MB) com a finalidade de controlar o possível efeito do crescimento da empresa na comparabilidade (Collins & Kothari 1989). De acordo com Klein (2002) as empresas em crescimento provavelmente experimentarão uma maior discricionariedade sobre os ganhos, sendo assim, a comparabilidade nas demonstrações financeiras será menor.

A variável de controle AUD representa as empresas auditadas pelas *Big four* (PwC, Deloitte, Ernst Young e KPMG). De acordo com Francis *et al.* (2014) as *Big four* por possuírem um estilo único possibilita incrementar a comparabilidade dos relatórios financeiros. Portanto, é esperada uma relação positiva entre empresas auditadas por *Big four* e comparabilidade.

Em se tratando da variável grau de alavancagem operacional (GAO), espera-se uma relação direta e positiva com a comparabilidade, já que um GAO maior limita o gerenciamento dos custos variáveis, pois quanto maiores os custos fixos em relação aos custos variáveis, menor também será a capacidade do gestor gerenciar tais custos e maior será a comparabilidade (Ribeiro *et al.*, 2016a). Por fim, ainda é feito o controle por ano, uma vez que tanto as características internas quanto externas das empresas se transformam no decorrer do tempo (Sousa *et al.*, 2020b).

No que corresponde à análise de dados foram utilizadas três técnicas de análises distintas. Inicialmente, foi feita a análise univariada por meio da descrição da amostra, para isso foi utilizada a média, mediana, desvio padrão, valores mínimos e máximos. Já a análise bivariada envolve duas variáveis em conjunto com o objetivo de definir a correlação entre elas, nesta pesquisa, utilizou-se do teste não paramétrico de *Spearman*.

Finalmente, a análise multivariada deu-se por meio da regressão quantílica, visto que o intuito é identificar o impacto das TPRs de compras, de vendas e totais nos níveis (menor, médio e maior) de comparabilidade, já que esta técnica possibilita a análise nos quantis extremos e pode auxiliar em pesquisas relacionadas à qualidade da informação contábil (Li *et al.*, 2015). Ressalta-se que a rodagem dos dados foi realizada a partir do software estatístico Stata 16®.

Justifica-se o uso da regressão quantílica, tendo em vista as características da amostra, pois nota-se a variabilidade dos dados. Além disso, este método reduz a problemática de descrição do comportamento médio da variável dependente nos modelos de regressão de coeficientes constantes como no de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), já que não demanda uma constância nos coeficientes da regressão (Li & Hwang, 2019).

Diante disso, a regressão quantílica possibilita enxergar a amostra mediante uma diversidade de percentis condicionais e, portanto, permite analisar de várias formas a heterogeneidade de uma amostra. Assim, é empregado um método de função contínua e suave para medir a relação não uniforme entre variável dependente e variáveis independentes (Feng & Huang, 2021). Portanto, a regressão quantílica é apropriada quando aplicada numa distribuição heterogênea, isto é, quando as alterações da variável X terão impactos diferenciados sobre os níveis da variável Y, assim não há necessidade de exclusão dos *outliers* (Duarte *et al.*, 2017).

Além do mais, a regressão quantílica de acordo com Marioni *et al.* (2016) por utilizar a mediana condicional como tendência de medida central, possui resultados mais robustos em relação aos *outliers*, já que os verifica em cada quantil, diferentemente, da regressão em torno de valores médios como no MQO.

## 2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 2.4.1 Análise Univariada

Primeiramente, os dados foram submetidos a uma análise descritiva com o intuito de compreender o comportamento das variáveis desta pesquisa, sendo analisados a partir dos quartis nos níveis menor, médio e maior da variável dependente (COMP), conforme disposto na Tabela 3.

**Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis por quartis**

Painel A: Estatística Descritiva do quartil menor de Comparabilidade						
Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
COMP	121	-0.0493	-0.0323	0.0550	-0.5228	-0.0220
TPRV	114	1.1061	0.0138	0.1960	6.33e-06	1.1036
TPRC	85	0.0697	0.0107	0.1352	0.0000407	0.6969
TPRT	121	1.1490	0.0237	0.2623	0.0000498	1.3362
TAM	121	14.9193	15.0967	1.7917	10.6929	18.5024
ALAV	121	0.6982	0.5714	0.6106	0.0095	3.0279
MB	121	1.4275	1.1803	3.8923	-18.2549	33.0629
GAO	121	0.9417	1.0675	2.7279	-19.2638	9.2370
Painel B: Estatística Descritiva do quartil médio de Comparabilidade						
Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
COMP	121	-0.01643	-0.0159	0.0029	-0.0219	-0.0122
TPRV	108	0.0488	0.0175	0.0891	0.0001	0.7753
TPRC	86	0.0376	0.0159	0.0737	7.74e-06	0.5521
TPRT	121	0.0704	0.0250	0.1367	0.0002	1.3275
TAM	121	15.9917	16.1951	1.1619	13.0774	18.4983
ALAV	121	0.4209	0.4301	0.2674	0.0007	1.0236
MB	121	2.0548	1.1239	4.5638	-6.1835	36.4239
GAO	121	1.6800	1.2853	4.5181	-6.0807	44.1527
Painel C: Estatística Descritiva do quartil maior de Comparabilidade						
Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
COMP	121	-0.0093	-0.0097	0.0020	-0.0122	-0.0035
TPRV	114	0.0356	0.0129	0.0528	0.0000337	0.2283
TPRC	87	0.0497	0.0142	0.0980	3.35e-06	0.6143

TPRT	121	0.0693	0.0288	0.1164	0.0001	0.7929
TAM	121	15.9912	15.9630	0.9294	13.9237	17.7895
ALAV	121	0.4477	0.4995	0.2141	0.0052	0.9444
MB	121	1.8774	1.3204	3.5765	0.2315	39.0338
GAO	121	1.0139	1.4920	4.9514	-25.658	27.1958

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados alcançados para a medida de comparabilidade média (COMP) é diferente nos quartis apresentados, tendo em vista que são expostos os níveis de menor, de média e de maior comparabilidade (-0.0493, -0.0164, -0.0093). Este achado difere de outras pesquisas como a de DeFranco *et al.* (2011) e Ribeiro *et al.* (2016b) que encontraram a comparabilidade média de -2,70 e -2,63 respectivamente. A divergência de resultados pode está ligada ao período analisado, bem como o quantitativo de empresas em cada setor.

O desvio padrão nos três quartis (menor, médio e maior) de comparabilidade segue uma tendência decrescente, o oposto ocorre para os valores mínimos e máximos, neste aspecto, nota-se que quanto maior (menor) o desvio padrão menor (maior) é a comparabilidade, logo esta variável pode sofrer impactos diferentes em função do quartil analisado.

Para as três variáveis independentes (TPRV, TPRC e TPRT) nota-se que a média é reduzida conforme a comparabilidade aumenta, sugerindo variabilidade nos quartis e, ainda, podendo ser um indicativo de que as transações de vendas, compras e totais implicam na comparabilidade.

Concernente a variável de controle TAM, percebe-se que há variedade no tamanho das empresas dentro de todos os quartis. No entanto, ao considerar o total da amostra nota-se que, em geral, o tamanho não apresenta discrepâncias de um quartil em relação ao outro. A variável ALAV comprova que, ao analisar a média do quartil mínimo (0.6982) e máximo (0.4477), denota-se uma relação inversa, isto é, empresas que são mais alavancadas possuem uma comparabilidade menor, à medida que empresas pouco alavancadas possuem um nível maior de comparabilidade.

Em se tratando do MB, verifica-se que no quartil mínimo e médio as empresas oscilaram entre crescimento e prejuízo do negócio, tendo em vista que o valor mínimo é negativo e o máximo positivo. Em compensação empresas pertencentes ao quartil máximo apresentam apenas crescimento, embora mostre valores discrepantes, pois algumas empresas tiveram desenvolvimento exponencial, enquanto outras obtiveram apenas um aumento reduzido.

Quanto ao GAO, a média em todos os quartis é semelhante (0.9417, 1.6800 e 1.0139), entretanto, ao analisar os valores mínimos, identifica-se um número negativo ao passo que para os valores máximos um número positivo, tal padrão se repete para todos os quartis observados. Este resultado pode ser um indício de que a estrutura operacional de custos das empresas é distinta.

#### 2.4.2 Análise Bivariada

Na sequência, os dados foram submetidos ao teste de correlação de *Spearman* com o objetivo de verificar a associação entre as variáveis. A Tabela 4 expõe os resultados.

**Tabela 4 – Matriz de Correlação de *Spearman***

	COMP	TPRV	TPRC	TPRT	TAM	ALAV	MB	GAO
COMP	1							
TPRV	-0.0295	1						
TPRC	-0.1015	0.4148 ***	1					
TPRT	-0.0281	0.7986 ***	0.8230 ***	1				
TAM	0.3017 ***	-0.0014	0.1302 **	0.0495	1			
ALAV	-0.1446 *	0.2978 ***	0.4081 ***	0.4021 ***	0.0733	1		
MB	0.0830	0.0737	0.1195 *	0.1249 **	0.2645 ***	0.0903 *	1	
GAO	0.0717	0.1398 **	0.1538 **	0.2127 ***	0.2332 ***	0.2239 ***	0.1719 **	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: \* indica significância a 10%, \*\* indica significância a 5% e \*\*\* indica significância a 1%.

De acordo com a Tabela 4, as transações de vendas (TPRV), de compras (TPRC) e totais (TPRT) apresentam relação negativa com a comparabilidade, porém não há significância estatística em nenhuma delas. Ademais, em se tratando das três variáveis independentes (TPRV, TPRC e TPRT), observou-se que há uma associação positiva e estatisticamente significante entre elas, sendo um indicativo de multicolinearidade, no entanto, esta evidência não acarreta prejuízos aos modelos, visto que os dados foram rodados separadamente em função de cada uma delas.

A respeito das variáveis de controle, destaca-se ausência de multicolinearidade, pois os coeficientes de correlação, apesar de serem significantes, são muito inferiores a 0,70 conforme indicado por Fávero e Belfiore (2017).

#### 2.4.3 Análise Multivariada

Na Tabela 5 são evidenciados os resultados da análise multivariada, referentes ao efeito das TPRs de vendas, compras e total na comparabilidade dos relatórios financeiros por meio de regressões quantílicas nos quantis 0.25, 0.50 e 0.75.

**Tabela 5 - Regressões Quantílicas**

Painel A: Comparabilidade e TPR de Vendas (TPRV)				
	Sinal Esperado	Quantil 0.25	Quantil 0.50	Quantil 0.75
TPRV	-	-0.0200309	-0.0249707***	-0.0205021***
TAM	+	0.0053354**	0.0031696***	0.0017472***
ALAV	-/+	-0.0048848	-0.003429 *	-0.0006287
MB	-/+	0.0003491	0.0001125	-0.0000283
AUD	+	0.0095177	0.008919***	0.0070229 ***
GAO	+	0.00026	-0.0000138	-0.0000537
Constante		-0.1150029 ***	-0.0717488 ***	-0.0450002***
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1543	0.1251	0.0681
CPA		Sim	Sim	Sim
Observações			336	
Painel B: Comparabilidade e TPR de Compras (TPRC)				
	Sinal Esperado	Quantil 0.25	Quantil 0.50	Quantil 0.75
TPRC	-	0.0134366	-0.011067	-0.0057142
TAM	+	0.0036121**	0.0024227**	0.0014888**
ALAV	-/+	-0.0218727***	-0.0099945**	-0.0010291
MB	-/+	0.0003705	0.0002208	6.93e-06
AUD	+	-0.0002317	0.0052655**	0.0038729**
GAO	+	0.0002099	0.0000975	-0.0001379
Constante		-0.0753327***	-0.0543168***	-0.0373091***
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1130	0.0835	0.0437
CPA		Sim	Sim	Sim
Observações			258	
Painel C: Comparabilidade e TPR Total (TPRT)				
	Sinal Esperado	Quantil 0.25	Quantil 0.50	Quantil 0.75
TPRT	-	-0.0160015	-0.0161149***	-0.0059303**
TAM	+	0.0053957***	0.0029274***	0.0018356***
ALAV	-/+	-0.0032857	-0.0039816**	-0.001156
MB	-/+	0.0003062	0.0001108	-0.0000128
AUD	+	0.0091703*	0.0082123***	0.0068805***
GAO	+	0.0003075	0.0000336	-0.0000523
Constante		-0.1159389***	-0.0670238***	-0.0459242***
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1446	0.1187	0.0596
CPA		Sim	Sim	Sim
Observações			363	

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: \* indica significância a 10%, \*\* indica significância a 5% e \*\*\* indica significância a 1%. CPA= Controle de Períodos Anuais. As regressões acima foram estimadas por meio do método não paramétrico em quantis (0.25, 0.50 e 0.70). As constantes destes modelos econométricos absorveram a seguinte variável: ANO = 2013. TAM= tamanho da empresa; ALAV= alavancagem; MB= expectativa de crescimento do negócio para o mercado; AUD= auditada por BIG4; TPRV= transações de venda entre partes relacionadas; TPRC= transações de compra entre partes relacionadas; TPRT= total de transações entre partes relacionadas. Os resultados obtidos foram embasados por meio da seguinte equação:  $COMP_{it} = \alpha + \beta_1 TPR + \text{Variáveis de Controle}$ .

Os resultados dispostos na Tabela 5 demonstram que as TPRs de vendas e totais possuem coeficientes negativos e estatisticamente significantes nos quantis médio (0.50) e máximo (0.75). Este resultado pode ser explicado porque as empresas inseridas nestes quantis



possuem níveis maiores de comparabilidade e o volume das TPRs efetuadas por elas provocam redução na comparabilidade, este resultado é consistente com Lee *et al.* (2016).

Sobre a variável de transações relacionadas de compras, verifica-se uma relação, em geral, com indício negativo, mas não significativa. Provavelmente, este resultado está atrelado à maneira como a estruturação de compras relacionadas está configurada nas empresas, além disso, evidencia-se que a magnitude destas operações não reduziu a comparabilidade das informações contábeis. Tal achado está em concordância com a literatura, uma vez que Li *et al.* (2021) também não encontraram relação significativa entre TPRs normais e comparabilidade.

Sugere-se que a relação negativa e significativa das TPRs de vendas e totais, pode ser resultante de discricção dos administradores nos termos e condições das transações relacionadas (Lee *et al.*, 2016). Diante disso, há prejuízo na comparação das informações, pois de acordo com Ribeiro *et al.* (2016) a comparabilidade decorre de duas variáveis: o evento econômico e a forma como a empresa expõe tal evento em sua contabilidade.

Outra possível justificativa para estes achados está no fato das TPRs serem diversificadas e possuírem natureza complexa (Gordon *et al.*, 2004), além de estarem ligadas a um ambiente de reduzida qualidade da informação contábil (Kohlbeck & Mayhew, 2017). Desta forma, é possível que as empresas utilizem um conjunto de mecanismos diferentes quando da efetivação das TPRs, podendo provocar diminuição na similaridade nos procedimentos de reconhecimento dos reflexos econômicos nos demonstrativos financeiros, reduzindo a comparabilidade.

De forma complementar, alinhada à perspectiva de conflitos de interesse, baseada na Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), o efeito das transações relacionadas na comparabilidade pode ter ocorrido devido ao potencial mecanismo para expropriar recursos em detrimento de acionistas minoritários (Di Carlo, 2014), dado que os preparadores das demonstrações contábeis podem utilizar de processos distintos com o intuito de manipular as informações, comprometendo a divulgação das TPRs e a qualidade das informações, sobretudo a comparabilidade.

Portanto, a partir dos resultados deste estudo a H1 - as TPRs reduzem a comparabilidade das demonstrações financeiras – a qual foi verificada a partir das *proxies* de transações de vendas, de compras e totais (compras+vendas), esta última, derivada das demais, foi comprovada parcialmente, desta forma, não se rejeita esta hipótese de pesquisa.

A respeito das variáveis de controle, o tamanho, consistente com Sousa *et al.* (2020b), mostra-se positivo e significativo em todos os modelos, indicando que empresas maiores

fornecem informações mais comparáveis, pois apesar de lidarem com operações mais complexas, na mesma medida possuem estrutura de governança e de controle interno mais eficientes, além de sofrerem verificações mais rígidas por parte de investidores e analistas.

No que diz respeito a variável de controle ALAV constata-se que há significância estatística no quantil 0.50 do painel A, no quantil 0.25 e 0.50 do Painel B e no quantil 0.50 painel C da Tabela 5, obtendo-se uma relação negativa com a comparabilidade. Em geral, este resultado está em consonância com a literatura, porquanto empresas que possuem um alto índice de alavancagem emitem relatórios menos comparáveis ao conceder maior poder discricionário à administração (Lee *et al.*, 2016).

A variável *Market to book* não possui significância estatística em nenhum dos modelos analisados (TPRV, TPRC e TPRT), provavelmente porque a amostra coletada apresenta empresas que oscilaram entre prejuízo e crescimento. Tal achado é condizente com os estudos de Lee *et al.* (2016) e Sousa *et al.* (2020a).

Nota-se que a variável AUD é positiva e significativa nos três modelos estudados nos quantis 0.50 e 0.75. Decorrente deste achado entende-se que as *Big four*, em função de sua reputação e da adoção de um conjunto de práticas mais eficientes para execução de auditoria, influenciam positivamente a comparabilidade dos relatórios financeiros, mas somente para as empresas que possuem um nível aceitável ou alto de comparabilidade. Ademais, as *Big four* de acordo com Francis *et al.* (2014) dispõem de um estilo próprio que permite o acréscimo da comparabilidade.

Por fim, a variável GAO não é significativa estatisticamente nos modelos da Tabela 5. Como esta medida é determinada pela estrutura de custos da empresa, é perceptível uma oscilação entre os indícios desta variável. No painel A, em geral, nota-se que os custos variáveis se sobrepuseram aos custos fixos, dando possibilidade do gestor gerenciá-los, reduzindo a comparabilidade, em contrapartida, no painel B e C o oposto acontece. Porém os *outputs* não são suficientes para causar efeito na comparabilidade. Ressalta-se que este achado é divergente daquele encontrado por Ribeiro *et al.* (2016a)

### **3 CONCLUSÃO**

O objetivo desta pesquisa centrou-se em identificar a influência das TPRs na comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas abertas do mercado brasileiro. A comparabilidade foi mensurada por meio da similaridade da função contábil (DeFranco *et al.*, 2011) e as transações com partes relacionadas foram medidas a partir de duas *proxies* distintas: transações de vendas, transações de compras e transações totais (vendas+compras),

utilizando a abordagem usada nos estudos de Hasnan *et al.*, 2016; Shin *et al.*, 2019; Jalan *et al.*, 2020.

Como uma das características qualitativas de melhoria, a comparabilidade fornece maior relevância e utilidade às informações contábeis no que diz respeito a decisões de alocação de recursos, além de auxiliar os investidores a comparar informações entre empresas diferentes ou entre a mesma empresa em períodos distintos. Assim, é possível que empresas participantes de grupos econômicos ao realizarem TPRs possam desencadear implicações na qualidade das informações.

Os resultados encontrados apontam que as TPRs de vendas e totais reduzem a comparabilidade das informações contábeis, pois cada tipo de transação relacionada possui complexidade e natureza distintas como resultado das negociações efetivas pelos gerentes e acionistas (Kohlbeck & Mayhew, 2010). Desta forma, não há padrões semelhantes de reconhecimento e tradução dos eventos econômicos.

Diante disso, em face dos prejuízos ocasionados pelas partes relacionadas, sugere-se que os preparadores das demonstrações contábeis tenham expressado de maneira diferenciada o fenômeno ocorrido e, portanto, diminuem a comparabilidade para aquelas empresas que já possuem um nível médio e máximo desta característica qualitativa de melhoria. A partir deste achado, não rejeita-se a hipótese de pesquisa.

Esta evidência também pode ter sido motivada pelo fato das TPRs serem visualizadas sob a ótica de conflitos de interesse, sendo usadas para expropriar recursos das empresas em detrimento de acionistas minoritários (Chang & Hong, 2000; Rahmat *et al.*, 2020b). A expropriação pode ter sido facilitada porque as transações relacionadas variam em termos e condições comerciais daquelas consideradas normais para o mercado (Anastasia & Onuora, 2019), assim sendo, a discricionariedade pode ter contribuído para comportamentos oportunistas que acarretaram prejuízos para a qualidade das informações contábeis.

Ademais, os resultados reforçam a concepção de que as TPRs tem potencial para distorcer as demonstrações contábeis quando as negociações não são divulgadas com precisão (Gallery *et al.*, 2008), nesse sentido, os acionistas minoritários são privados de obterem informações completas e inequívocas deste tipo de operação (Marchini *et al.*, 2019). Diante disso, os achados são importantes para os usuários das informações contábeis, uma vez que precisam ficar atentos a estas transações para avaliar a possibilidade de manipulação de resultados.

Assim, este estudo contribui com a literatura ao indicar a associação negativa existente entre TPRs e comparabilidade, fornecendo *insights* para estudiosos, profissionais, auditores,

usuários de demonstrações financeiras e reguladores de que transações relacionadas podem ser prejudiciais às empresas e proporcionam redução na qualidade das informações, em especial, na comparabilidade. A pesquisa também faz contribuições práticas ao apontar para a necessidade de melhorias na regulamentação de divulgação das transações relacionadas.

Recomenda-se, ainda, que este achado seja visto com parcimônia, uma vez que refletem apenas as transações de vendas, de compras e totais (compra+venda), ao ser acrescentado outras transações relacionadas os resultados podem ser divergentes.

Como limitação desta pesquisa, tem-se a impossibilidade de generalização dos resultados, dado que as empresas investigadas são de uma amostra não probabilística. O tamanho da amostra também é outro limitador, pois foi utilizado um modelo para mensuração da comparabilidade e apenas dois tipos de transações relacionadas, o que acarretou diminuição na quantidade de observações.

Para estudos futuros aconselha-se que sejam utilizados outros tipos de transações com partes relacionadas (por exemplo, empréstimos), além da aplicação de métricas diferenciadas para mensuração da comparabilidade e transações relacionadas. Desta forma, novos aspectos poderão ser considerados com o intuito de acrescentar evidências que verificam o impacto das TPRs na qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras.

## **CAPÍTULO 4 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: EVIDÊNCIAS DE HONORÁRIOS DE AUDITORIA EM EMPRESAS ABERTAS DO MERCADO BRASILEIRO**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Para obter vantagem competitiva, as empresas continuamente buscam maneiras para reduzir gastos com intuito de obter lucros mais vantajosos, uma das formas encontradas é fazer uso da relação entre partes interligadas. As transações com partes relacionadas (TPRs) ocorrem entre uma empresa e indivíduos ou organizações ligadas com a empresa, como gerentes, conselhos de administração, principais acionistas e afiliadas (Al-Dhamari *et al.*, 2018).

Por um lado, as TPRs são reconhecidas como esforços genuínos dos gestores e essas operações são consideradas como intercâmbios de negócios sólidos atendendo as necessidades econômicas das empresas (Gordon *et al.*, 2004). Desta forma, as vantagens advindas com as transações com partes relacionadas incluem o compartilhamento de recursos

internos, redução de custos de transação e, em última instância, rentabilidade financeira (Pizzo, 2013).

No entanto, Anastasia e Onuora (2019) argumentam que as TPRs são concebidas como uma área de preocupações recorrentes, devido a escândalos corporativos as TPRs estão incluídas como um meio de gerenciar ganhos, bem como de desviar recursos das empresas. Desse modo, em função do comportamento oportunista, acionistas controladores e gerentes podem canalizar benefícios de uma empresa para outra relacionada ou para suas contas por meio de negociação imprópria (Fooladi & Farhadi, 2019).

De acordo com Kohlbeck & Mayhew (2017) a administração pode se envolver em TPRs com o objetivo de buscar benefícios para os acionistas controladores ou para si mesmos, mediante operações de empréstimos, garantias e acordos de consultoria com um diretor, executivos ou acionistas majoritários, além disso, os acionistas envolvidos na extração de benefícios por meio de TPRs também podem estar interessados em manipular os demonstrativos financeiros. Portanto, as TPRs estão ligadas ao risco material das demonstrações financeiras (Kohlbeck & Mayhew, 2017). Nesse aspecto, há possibilidade de que dentro do procedimento de auditoria as TPRs exijam mais tempo e esforço por parte dos auditores.

Na determinação de honorários de auditoria, algumas características dos clientes (tamanho, lucratividade, complexidade e setor de operações), das firmas de auditoria (porte e mandato), além dos fatores de governança corporativa (tamanho do conselho, independência do conselho, diligência do conselho, independência do auditor comitê de auditoria) podem afetar nos valores cobrados (Urhoghide & Emeni, 2014).

Castro *et al.* (2015) realizaram um estudo nacional com a finalidade de analisar os determinantes dos honorários de auditoria pagos por empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Os achados indicaram que os honorários se relacionam positivamente ao tamanho, ao nível de governança, ao fato do auditor ser uma grande firma e à complexidade dos clientes, assim, clientes mais complexos exigem maior esforço do auditor e, por consequência, maiores honorários.

Corroborando a ideia acima, os honorários de auditoria segundo Zhang (2018), estão ligados ao esforço do auditor correspondente ao nível de risco de auditoria, portanto, a complexidade de trabalho afeta a quantidade de esforço necessário a serem gastos no serviço de auditoria o que resulta em honorários mais altos.

Em contrapartida, Al-Dhamari *et al.* (2018) advertem que a análise das TPRs são importantes para auditores porque há sempre o risco delas não serem avaliadas no mesmo

valor que as transações com um terceiro independente, assim sendo, os auditores avaliam um risco inerente alto para as transações de uma empresa com suas partes relacionadas, tanto por causa da falta de independência entre as partes envolvidas quanto pela possibilidade de tais transações fornecerem facilidade de envolvimento em ações fraudulentas (Al-Dhamari *et al.*, 2018).

A partir do entendimento de que as transações com partes relacionadas variam dos termos e condições comerciais normais, aumentando o risco da empresa (Anastasia & Onuora, 2019) e por tais transações estarem potencialmente envolvidas em escândalos de demonstrativos financeiros (Fang *et al.*, 2018). Levanta-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a influência das transações com partes relacionadas nos honorários de auditoria de empresas abertas do mercado brasileiro? Assim sendo, tem-se como objetivo geral identificar a influência das transações com partes relacionadas nos honorários de auditoria de empresas abertas do mercado brasileiro.

Esta pesquisa é relevante devido às implicações das TPRs nos demonstrativos financeiros, além disso, não se tem conhecimento da resposta dos auditores externos diante dos diversos tipos de TPRs existentes e nem como essas transações afetam os custos de auditoria e, conseqüentemente, os honorários de auditoria em contexto nacional.

Destaca-se que para cumprimento deste estudo, foram usados os honorários de auditoria em sua forma logaritma (Habib *et al.*, 2015; Al-Dhamari *et al.*, 2018). Por sua vez, as TPRs também foram mensuradas por meio do logaritmo natural, conforme as pesquisas anteriores (Habib *et al.*, 2015; Pratama, 2018; Ali *et al.*, 2021).

Este estudo contribui com a literatura ao evidenciar a relação positiva entre TPRs e honorários de auditoria no contexto brasileiro, sugerindo que os auditores veem as transações relacionadas como potenciais riscos de auditoria, as quais demandam maiores esforços e acarreta na cobrança mais elevada de honorários.

Igualmente traz implicações para os acionistas minoritários, analistas, investidores e os próprios auditores ao indicar que as TPRs podem funcionar como meio para reduzir a qualidade das informações divulgadas nas demonstrações financeiras. Ademais, serve de alerta aos normatizadores no que tange à melhoria na regulação das transações relacionadas.

## 4.2 REVISÃO DA LITERATURA

### 4.2.1 Transações com partes relacionadas

As TPRs podem ser efetuadas mediante ações de compra ou venda de bens e serviços, a compra ou venda de ativos ou de patrimônio e empréstimos (Lo & Wong, 2016). Estas operações ocorrem entre uma empresa e indivíduos ou organizações relacionadas com a empresa, como gerentes, conselhos de administração, principalmente acionistas e afiliadas (Al-Dhamari *et al.*, 2018).

O relacionamento com parte relacionada pode causar um efeito sobre o desempenho de uma entidade empresarial, devido à possibilidade de realizar transações que terceiros não fariam, além disso, mesmo que as transações com partes relacionadas não ocorram, ainda assim, pode provocar efeitos na demonstração de resultados e no balanço patrimonial apenas pela existência de relacionamento entre as partes (CPC, 2010).

Desta forma, Diab *et al.* (2019) esclarecem que as TPRs surgem quando empresas relacionadas fazem negócios entre si. Neste cenário, por uma empresa está em posição de influenciar as decisões da outra parte, mediante seu controle ou poder, as TPRs podem promover implicações sobre o valor ou desempenho corporativo. Uma *holding*, por exemplo, pode solicitar a uma afiliada que diminua sua atividade de pesquisa e desenvolvimento ou encerre seu relacionamento com outra companhia (Diab *et al.*, 2019).

A norma (CPC 05 R1) prescreve a obrigatoriedade da divulgação do relacionamento entre a controladora e suas controladas, haja vista que tais informações proporcionam aos interessados a compreensão dos efeitos destes relacionamentos. Ademais, o CPC 05 R1 também lista exemplos de transações com partes relacionadas que devem ser divulgados, como compras ou vendas de bens; compras ou vendas de propriedades e outros ativos; prestação ou recebimento de serviços; arrendamentos entre outros.

Muitas vezes, por causa da influência do relacionamento existente entre a empresa e a parte relacionada, as transações não seguem o preço de mercado e os termos das operações são distintos dos termos comerciais normais (Anastasia & Onuora, 2019). Assim sendo, as transações com partes relacionadas são negociações comerciais diversas e na maioria das vezes complexas (Gordon & Henry, 2005).

Na visão de transações eficientes, de acordo com Gordon *et al.* (2004) as TPRs desempenham o papel de suprir demandas das empresas relacionadas, visto que existe relação de confiança e o compartilhamento de informação privadas. Assim, quando uma empresa integrante do grupo está com problemas financeiros, o acionista controlador provavelmente

fornecerá suporte temporário para a referida empresa (Peng *et al.*, 2011) impulsionando seu desempenho (Chen *et al.*, 2009).

Em contraste, na perspectiva de conflito de interesses, sustentada pela Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), os diretores, gerentes e acionistas possuem interesse privado nas TPRs, visto que são pessoalmente favorecidos por estas operações por meio de empréstimos a diretores ou gestores, por exemplo (Di Carlo, 2014). Logo, as transações envolvendo parte relacionada são suscetíveis de causar implicações no uso indevido de recursos da empresa com o intuito de expropriar riqueza dos acionistas, ademais, o potencial viés nos demonstrativos contábeis é passível de gerar impacto negativo em sua confiabilidade e relevância (Huang & Liu, 2010).

Uma preocupação concernente ao potencial das TPRs é distorcer o resultado e análise da empresa quando estas negociações não são divulgadas corretamente nos demonstrativos financeiros (Gallery *et al.*, 2008). Além disso, cada tipo de TPRs possui natureza e complexidade distintos, resultante da forma como os gerentes e acionistas majoritários fazem uso destas negociações (Kohlbeck e Mayhew, 2010).

Uma má qualidade das informações contábeis provoca maiores custos de agência, assimetria informacional e uma proteção inadequada aos acionistas (Dyck & Zingales, 2004). De acordo com Paulo e Martins (2007), a redução na qualidade das informações contábeis é decorrente de demonstrativos financeiros manipulados.

Deste modo, Fang *et al.* (2018) investigaram sobre como o auditor independente responde ao risco potencialmente elevado de TPRs e a eficácia da resposta do auditor. A pesquisa foi realizada com empresas listadas nas bolsas de valores de Xangai e Shenzhen de 2001 a 2014. O estudo revelou que o auditor tem maior probabilidade de emitir uma opinião de auditoria modificada para empresas que realizam vendas de bens/serviços e empréstimos com partes relacionadas, mas não para empresas que relatam mais TPRs em outras categorias. Tal resultado sugere que o auditor alerta os investidores para a possibilidade de gerenciamento de resultados e/ou risco de expropriação de vendas e empréstimos relacionados por meio de opinião de auditoria.

Tendo em vista que a auditoria é usada como fator da qualidade das informações (Moura *et al.*, 2017) e as TPRs são consideradas difíceis de auditar em função da dificuldade de serem identificadas e por serem dependentes de informações fornecidas pela gestão, além de estarem associadas ao risco material dos demonstrativos financeiros (Kohlbeck & Mayhew, 2017), as TPRs são passíveis de requererem mais esforço por parte dos auditores, resultando em maiores honorários de auditoria.



Assim, o direcionamento desta pesquisa é feito a partir da concepção de conflitos de interesse, pelo fato do mercado de capitais brasileiro ser um ambiente de propriedade concentrada e pela ocorrência de existência de conflitos de interesses entre acionistas majoritários, minoritários, gerentes e conselho de administração (Moraes *et al.*, 2019).

#### **4.2.2 Honorários de auditoria e transações com partes relacionadas**

Os demonstrativos contábeis são usados pelas empresas para apresentarem informações aos usuários externos correspondentes ao desempenho, posição e evolução patrimonial do exercício (Sousa, 2020). Como a administração das empresas é a responsável tanto pela preparação quanto pela divulgação das demonstrações financeiras, para atestar a confiança das informações prestadas, é necessário que sejam analisadas por um profissional independente, ou seja, o auditor externo (Silva & Silva, 2017).

Conseqüentemente, a auditoria independente é um dos mecanismos utilizados como solução para aumentar a transparência na relação gestor-investidor. Tendo como objetivo, mediante a averiguação imparcial e capacidade técnica adequada, respaldar as demonstrações contábeis (Bortolon *et al.*, 2013). Desse modo, a atuação dos auditores externos está basicamente fundamentada na intermediação informacional, interferindo no fluxo de informações com intuito de mitigar a assimetria e reduzir os custos de agência (Healy e Palepu, 2001).

Para determinar os valores cobrados num trabalho de auditoria, segundo Urhoghide e Emeni (2014) tanto as características do cliente como da empresa de auditoria, além das características de governança corporativa precisam ser levadas em consideração. Sobre o cliente podem ser considerados o tamanho, lucratividade, complexidade e setor. Já em relação à empresa de auditoria, são observados fatores como tamanho, mandato e vínculo internacional. A respeito da governança corporativa, o tamanho, independência, experiência e diligência do conselho; independência do auditor e comitê de auditoria podem ser observados.

O estudo de Simunic (1980) foi um dos primeiros a tratar sobre a determinação dos honorários de auditoria, trazendo uma análise econômica, a amostra compreendeu 397 observações de empresas de capital aberto nos Estados Unidos no ano de 1977. O autor constatou que existe uma relação entre complexidade da auditoria, o risco e a taxa de auditoria. Outros estudos foram desenvolvidos com o intuito de vincular os honorários de auditoria a aspectos concernentes à empresa auditada, empresa de auditoria ou mesmo a governança corporativa.

Acerca dos determinantes dos honorários de auditoria, diversos estudos foram realizados (Joshi & Bastaki, 2000; Gonthier-Besacier e Schatt, 2007; Mayoral & Segura, 2007; Hallak & Silva, 2012). Os resultados revelaram que os honorários de auditoria estão associados ao tamanho do cliente, risco, rentabilidade, complexidade das operações e também o tamanho da empresa auditada e práticas de governança.

Conforme visto anteriormente, diversos fatores são cruciais na determinação dos honorários de auditoria, dentre eles, a complexidade e o risco de auditoria. Desta forma, foram desenvolvidos alguns estudos sobre TPRs e honorários de auditoria, pois as operações com partes relacionadas representam um desafio no processo para os auditores (Kohlbeck & Mayhew, 2017).

Na China, Habib *et al.* (2015) investigaram o efeito das TPRs sobre os honorários de auditoria. Primeiramente, os autores constataram honorários de auditoria relativamente mais altos associados às TPRs, confirmando a concepção de que as TPRs são visualizadas como risco de auditoria. De maneira mais específica, foi evidenciado que os honorários de auditoria são mais elevados quando as empresas estão envolvidas em TPRs de empréstimos, garantias e transferência de capital, ademais, são ainda mais significativos quando os empréstimos são concedidos da controladora para as subsidiárias.

Similarmente, Al-Dhamari *et al.* (2018) investigaram as TPRs e os honorários de auditoria na Malásia, eles também investigaram o efeito moderador da função da auditoria interna nesta relação. Os autores concluíram que os honorários de auditoria são mais elevados para empresas que realizam TPRs envolvendo compra e venda de ativos, bens e serviços. Além disso, os auditores externos reduzem os valores de auditoria para empresas que mesmo realizando TPRs tenham feito grande investimento em auditoria interna.

Kohlbeck & Mayhew (2017) nos Estados Unidos documentaram que a presença de TPRs em geral está associada a baixos honorários de auditoria. Os autores esclarecem que os resultados, por um lado, enfatizam que os auditores não veem as TPRs como risco de auditoria, no entanto, por outra perspectiva, as empresas que se envolvem com TPRs estão mais focadas no preço do que na qualidade de auditoria, contratando auditores especializados com menos regularidade. Entretanto, foi encontrada relação positiva entre TPRs de financiamento e de contratos de consultoria com administradores, gestores e acionistas majoritários e honorários de auditoria. Portanto, para estas operações os autores reconhecem um maior risco de distorção em operações deste tipo.

Nesta pesquisa faz-se uso somente das transações de vendas e compras de produtos e/ou serviços de partes relacionadas em sua forma logaritma, abordagem usada nas pesquisas de

Habib *et al.* (2015), Pratama (2018) e Ali *et al.* (2021). Optou-se por utilizar este tipo de transação, pois são recorrentes nas empresas, ademais, a possibilidade de manipulação dessas informações são mais difíceis de serem visualizadas (Wong *et al.* 2015) e ao mesmo tempo são mais suscetíveis de serem usadas para expropriação de riquezas (Black *et al.* 2015). Desse modo, levanta-se a hipótese de pesquisa.

**H1: As TPRs aumentam os honorários de auditoria.**

A hipótese será mensurada a partir de duas *proxies*, ou seja, mediante as operações de compras e de vendas, conforme demonstrado abaixo:

- **As TPRs de vendas aumentam os honorários de auditoria.**
- **As TPRs de compras aumentam os honorários de auditoria.**
- **As TPRs de compras e vendas em conjunto aumentam os honorários de auditoria.**

### 4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 4.3.1 População e Amostra

A população deste estudo é composta pelas 479 companhias listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Para fins de obtenção da amostra de pesquisa, foram excluídas as instituições financeiras, assim como, as empresas com dados faltantes. Assim sendo, a amostra final deste estudo compreende 163 empresas (totalizando 1.355 observações). Os dados da amostra estão expostos na Tabela 6.

**Tabela 6 - Descrição da Seleção da Amostra**

<b>Etapa da seleção da amostra</b>	<b>Nº empresas</b>
(=) Empresas com ação negociada na B3	479
(-) Exclusão de empresas financeiras	(90)
(-) Exclusão de empresas que não tiveram transações relacionadas de compras e vendas	(226)
<b>(=) Amostra Final</b>	<b>163</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados econômicos e financeiros foram coletados na base de dados Economática® e, no Formulário de Referência disponível no site da B3 foram coletadas informações referentes à auditoria independente. Como o Formulário de Referência foi implantado mediante a Instrução Normativa CVM nº 480/09, com início de publicação em 2010 com informações referentes ao ano de 2009. Portanto, o período da pesquisa abrange do ano de 2010 até 2020.

Quando ocorre a consolidação das demonstrações financeiras, dados de transações relacionadas são eliminadas (ativos, passivos, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa), assim sendo, os dados relativos às TPRs foram coletados dos demonstrativos individuais, seguindo metodologia utilizada por Gonçalves (2021).

#### **4.3.2 Variável Dependente**

Os Honorários de auditoria, variável dependente deste estudo, foram mensurados por meio do logaritmo natural, em concordância com a pesquisa de Habib *et al.* (2015) e Al-Dhamari *et al.* (2018). As informações necessárias desta variável foram coletadas no Formulário de Referência nos itens 2.1. (Informações sobre os auditores independentes) e 2.2 (Remuneração dos auditores independentes) disponíveis no site da B3.

#### **4.3.3 Variável Independente**

Nesta pesquisa as variáveis independentes, isto é, TPRs de compras e vendas de bens e serviços, e a junção das compras + vendas (TPR totais) foram mensuradas em sua forma logaritma, baseado nos estudos de Habib *et al.* (2015), Pratama (2018) e Ali *et al.* (2021) os quais fizeram uso da mesma medida para transações relacionadas. A coleta das variáveis independentes foi feita nas notas explicativas das empresas que reportaram transações relacionadas de vendas e compras.

#### **4.3.4 Modelo Empírico Final**

Para a definição do modelo desta pesquisa foi utilizada os Honorários de auditoria seguindo os estudos de Habib *et al.* (2015) e Al-Dhamari *et al.* (2018). Adicionalmente, ainda foi feito uso do logaritmo das TPRs de vendas e compras (Habib *et al.*, 2015; Pratama, 2018; Ali *et al.*, 2021), desta forma, o modelo empírico final para esta pesquisa está apresentado na Equação 7.

O referido modelo tem como variável dependente os Honorários de auditoria (HonAud), como variáveis independentes as três medidas de TPRs: LnTPRV (Venda), LnTPRC (compra) e LnTPRT (venda + compra); e como variáveis independentes de controle tamanho, rentabilidade sobre o ativo total, alavancagem, *market to book*, serviços de não auditoria, empresa de auditoria, troca de auditoria, comitê de auditoria, tipo de controle acionário, ano e setor, conforme indicado na Tabela 7.

$$\text{HonAud}_{it} = \alpha + \beta_1 \text{LnTPR} + \text{Variáveis de controle}$$

Tabelas 7 - Variáveis da Pesquisa

Variáveis	Descrição	Coleta	Medida	Referências
Variável Dependente				
HonAud	Honorários pagos a auditoria independente	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	Logaritmo do valor total pago de honorários de auditoria	Habib <i>et al.</i> (2015); Al-Dhamari <i>et al.</i> (2018)
Variáveis Independentes de Interesse				
LnTPRV	Vendas entre partes relacionadas	Nota explicativa	Logaritmo do valor de transações de vendas relacionadas	Habib <i>et al.</i> (2015); Pratama (2018); Ali <i>et al.</i> , (2021)
LnTPRC	Compras entre partes relacionadas	Nota explicativa	Logaritmo do valor de transações de compras relacionadas	Habib <i>et al.</i> (2015); Pratama (2018); Ali <i>et al.</i> , (2021)
LnTPRT	TPR totais de partes relacionadas	Nota explicativa	Logaritmo do valor de transações totais relacionadas (vendas+compras)	Habib <i>et al.</i> (2015); Pratama (2018); Ali <i>et al.</i> , (2021)
Variáveis Independentes de Controle				
TAM	Tamanho	Economática ®	Logaritmo natural do ativo total do fim do período	Joshi e Bastaki (2000); Mayoral e Segura (2007); Hallak e Silva (2012)
ALAV	Alavancagem	Economática ®	Passivo Total/Ativo Total	Habib <i>et al.</i> (2015); Al-Dhamari <i>et al.</i> (2018)
MB	Mede a expectativa de crescimento do negócio para o mercado	Economática ®	Valor de Mercado / PL Contábil	Kohlbeck e Mayhew (2010), Lee <i>et al.</i> (2016)
ROA	Rentabilidade sobre o Ativo Total	Economática ®	Lucro líquido/Ativo Total	Habib <i>et al.</i> (2015); Fang <i>et al.</i> (2018)
HonNAud	Serviços de Não Auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	<i>Dummy</i> : 1 para empresas auditadas que pagaram por serviços de não auditoria e 0 caso contrário	Firth (1997); Jaramillo <i>et al.</i> (2012).
AUD	Empresa de Auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	<i>Dummy</i> : 1 para empresas auditadas por Big Four e 0 caso contrário	Moura <i>et al.</i> (2017); Zhang (2018)
TrocAud	Troca de auditoria	Formulário de referência – item 2.1 e 2.2	<i>Dummy</i> : 1 quando ocorre a troca de auditoria e 0 para os demais casos	Castro <i>et al.</i> (2015); Dantas e Ramos (2019)
CAud	Comitê de Auditoria	Formulário de referência – item 12.7/8	<i>Dummy</i> : 1 para empresas que possuem comitê de auditoria e 0 caso contrário	Jaramillo <i>et al.</i> (2012); Brighenti <i>et al.</i> (2016)
CONTR	Tipo de Controle Acionário	Formulário de referência - item 15.1 e 15.2	<i>Dummy</i> : 1 se o controle da companhia for privado e 0 se público	Camargo <i>et al.</i> (2011); Santos e Souza (2018)

ANO	Período anual	Economática ®	Períodos anuais de 2010 a 2020	Ribeiro <i>et al.</i> (2019); Sousa <i>et al.</i> (2020b); Sousa (2020)
SETOR	Setor de cada empresa	Economática ®	Setores da B3: (1) Bens Industriais, (2) Consumo cíclico, (3) Consumo não cíclico, (4) Materiais Básicos, (5) Petróleo, gás e combustíveis, (6) Saúde e (7) Utilidade Pública	Ribeiro (2014); Ribeiro <i>et al.</i> (2016a); Sousa <i>et al.</i> (2020b)

Fonte: Elaborado pela autora

Em relação às variáveis independentes de controle, tem-se o tamanho da empresa (TAM). É comum o uso do total de ativos como forma de verificação do tamanho da empresa, o entendimento é de que quanto maior for a empresa auditada, maior será os honorários de auditoria (Joshi & Bastaki, 2000; Mayoral & Segura, 2007; Hallak & Silva, 2012).

A variável de controle ALAV refere-se a potencial consequência da alavancagem de uma empresa sobre a discricionariedade da gestão nos relatórios financeiros (DeFond & Jiambalvo 1994; Sweeney 1994). Neste sentido, pesquisas apontam que empresas muito alavancadas e que possuem um nível alto de endividamento são mais tendenciosas a utilizarem práticas prejudiciais à qualidade da informação (Bao & Lewellyn, 2017; Ribeiro & Colauto, 2016). Portanto, espera-se uma relação positiva com os honorários de auditoria.

O *Market to book* (MB) foi incluído no modelo com o intuito de controlar o possível crescimento da empresa (Collins & Kothari 1989). Segundo Klein (2002) é provável que empresas em crescimento experimentem maior discricionariedade sobre os ganhos. Assim sendo, empresas que estão em crescimento exigirão maiores esforços por parte da auditoria, desta forma, espera-se uma relação positiva com honorários de auditoria.

A variável ROA representa a rentabilidade dos ativos totais da empresa. Kikhia (2015) afirma que o ROA é outro fator que explica a variação nos honorários de auditoria. Assim espera-se que empresas com uma maior rentabilidade tenham maiores dispêndios com honorários de auditoria.

A variável HonNAud representa os honorários pagos em serviços de não auditoria. Esta variável expõe que quanto maior os serviços de não auditoria, maior também é o conhecimento do auditor sobre a empresa auditada e, em decorrência disso, para o trabalho de auditoria em si pode ser gasto menos tempo (Firth, 1997; Jaramillo *et al.*, 2012).

A variável AUD corresponde às *Big four* (PwC, Deloitte, Ernst Young e KPMG). De acordo com os estudos de Mayoral e Segura (2007) e Jaramillo *et al.* (2012) os honorários são mais altos quando as empresas são auditadas por uma firma de auditoria *Big four*. Assim,

espera-se que esta variável tenha associação positiva com os honorários de auditoria nesta pesquisa.

Relacionada à variável troca de auditoria (TrocAud), Castro *et al.* (2015) enfatizam que a concorrência exercida entre as empresas de auditoria tende a levar o cliente, no momento da troca da firma de auditoria, a optar pelo melhor preço. Neste caso, busca-se uma relação negativa com os valores cobrados pela auditoria.

Optou-se por usar o comitê de auditoria (CAud) como variável de controle, pois de acordo com Brighenti *et al.* (2016) empresas que possuem este órgão verificam o funcionamento dos controles internos, no que diz respeito a asseguuração da integridade e efetividade dos controles na elaboração dos demonstrativos financeiros. Desta forma, depreende-se que o comitê de auditoria influencia nos honorários cobrados pela auditoria independente.

No caso da variável tipo de controle acionário (CONTR), busca-se uma relação negativa com os honorários de auditoria, pois conforme sugere Camargo *et al.* (2011) o fato da empresa possuir controle acionário estatal, influi na redução de gastos com honorários de auditoria independente.

Adicionalmente, é feito o controle por setores, pois cada setor tem suas próprias particularidades em relação às atividades desenvolvidas; e por ano, visto que as características internas e externas das empresas podem sofrer variações no decorrer do tempo (Sousa *et al.*, 2020b).

Os dados foram analisados a partir de três técnicas estatísticas: univariada, bivariada e multivariada. A técnica univariada foi utilizada para descrever o comportamento da amostra mediante a média, mediana, desvio padrão, valor mínimo e máximo. Enquanto que a análise bivariada foi feita por meio da correlação de *Spearman* com intuito de verificar a associação entre as variáveis de pesquisa.

Para a consecução da análise multivariada da influência das TPRs nos honorários de auditoria foi usada a técnica de Regressão Linear Múltipla estimada pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Neste sentido, seguindo as orientações de Fávero e Belfiore (2017) foram verificados os pressupostos básicos para a utilização desta técnica como o teste de normalidade dos resíduos, multicolinearidade, heterocedasticidade e autocorrelação dos resíduos, além da especificação do modelo. Ademais, os dados foram *winsorizados* a 1% para correção de *outliers*. Destaca-se que a rotação dos dados foi feita através do Stata 16®.

## 4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.4.1 Análise Univariada

Com o intento de compreender o comportamento das variáveis desta pesquisa, os dados foram submetidos à análise descritiva, os resultados estão apresentados na Tabela 8.

**Tabela 8 - Análise descritiva dos dados**

Painel A: variáveis contínuas						
Variável	Obs.	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
HonAud	1.355	6.6917	6.4849	1.5861	3.8362	12.6412
LnTPRV	1.161	10.7663	10.8467	2.8105	4.4998	17.9038
LnTPRC	1.044	10.573	10.6527	2.5518	4.4308	17.0872
LnTPRT	1.355	11.3764	11.2834	2.6016	5.3612	17.8513
TAM	1.355	14.8905	14.9786	1.6442	10.8903	19.4866
ALAV	1.355	0.5144	0.4750	0.4054	0.0020	2.6466
MB	1.355	2.2694	1.5007	2.8094	-1.7561	19.9205
ROA	1.355	0.0422	0.0530	0.1013	-0.4069	0.2357

  

Painel B: variáveis <i>dummies</i>						
		0	% (0)	1	% (1)	
HonNAud	1.355	637	47.01%	718	52.99%	
AUD	1.355	255	18.82%	1.100	81.18%	
TrocAud	1.355	1.056	77.93%	299	22.07%	
CAud	1.355	799	58.97%	556	41.03%	
CONTR	1.355	141	10.41%	1.214	89.59%	

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: HonAud= honorários pagos a auditoria independente; LnTPRV= transações de venda entre partes relacionadas; LnTPRC= transações de compra entre partes relacionadas; LnTPRT= total de transações entre partes relacionadas; TAM= tamanho da empresa; ALAV= alavancagem; MB= expectativa de crescimento do negócio para o mercado; ROA= rentabilidade sobre o ativo; HonNAud= serviços de não auditoria; AUD= auditada por BIG4; TrocAud= troca de auditoria; Caud= comitê de auditoria; CONTR= controle acionário 0= ausência dos eventos indicados nas variáveis *dummies*; 1= presença dos eventos indicados nas variáveis *dummies*.

Os resultados descritivos esclarecem que a escala utilizada (logaritmo natural) para a variável dos HonAud possuem valores mínimo (3.8362) e máximo (12.6412) discrepantes, como a escala é feita a partir do pagamento realizado à auditoria, nota-se que as empresas da amostra variam em relação aos valores pagos em honorários de auditoria. Em se tratando das variáveis de transações relacionadas de compras, de vendas e totais, observa-se que as médias são próximas (10.7663, 10.573, 11.3764), da mesma forma os números mínimos e máximo entre elas assemelham-se, sugerindo que o volume destas operações é análogo.

Relacionado ao tamanho, a média é de 14.8905 e os números mínimo (10.8903) e máximo (19.4866) confirmam que a amostra é composta por empresas com tamanhos distintos. Por sua vez, a ALAV comprova que as empresas possuem pouca alavancagem, variando de 0.0020 (mínimo) a 2.6466 (máximo). O MB oscila entre crescimento e prejuízo do negócio, pois o valor mínimo é negativo, enquanto que o máximo é positivo.

Sobre o ROA, verifica-se que o valor mínimo é negativo (-10.9494) o que pode ser um indicativo de que as empresas obtiveram prejuízo no período estudado. A variável HonNAud



mostra que, em geral, as empresas pagam por serviços de não auditoria. Quanto à variável AUD, a maioria das empresas (1.100) é auditada pelas *Big four* em detrimento de outras empresas de auditoria.

Sobre a troca de auditoria, percebe-se que as empresas da amostra permanecem com as mesmas firmas de auditoria por períodos consecutivos, já que durante o período analisado houve apenas 299 (22.07%) trocas de auditoria. Referente à variável CAud, apesar de serem semelhantes, o número de empresas que possuem comitê de auditoria (556) é menor do que aquelas que não possuem (799). Finalmente, com relação ao tipo de controle acionário (CONTR), de maneira geral, as empresas possuem controle privado.

#### 4.4.2 Análise Bivariada

A amostra foi submetida ao teste de correlação de *Spearman*, tendo por objetivo verificar a relação entre as variáveis estudadas. A Tabela 9 apresenta os resultados.

**Tabela 9 – Matriz de Correlação de *Spearman***

	HonAud	LnTPRV	LnTPRC	LnTPRT	TAM	ALAV	MB	ROA
HonAud	1							
LnTPRV	0.3113 ***	1						
LnTPRC	0.3926 ***	0.5020 ***	1					
LnTPRT	0.3782 ***	0.8386 ***	0.8558 ***	1				
TAM	0.6384 ***	0.3926 ***	0.4718 ***	0.4739 ***	1			
ALAV	-0.0169	0.1083 **	0.1441 ***	0.1571 ***	0.1021 **	1		
MB	0.2155 ***	0.0001	0.1228 **	0.0553 **	0.2259 ***	0.0594 **	1	
ROA	-0.0125	-0.0545 *	-0.0486	-0.0426	0.0198	-0.4022 ***	0.4128 ***	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: \* indica significância a 10%, \*\* indica significância a 5% e \*\*\* indica significância a 1%.

A partir do teste de correlação de *Spearman* pode-se perceber que as transações de vendas, de compras e totais, embora exponham relações fracas, causam impacto positivo nos honorários de auditoria a um nível de significância estatística de 1% respectivamente.

Além disso, em relação entre as variáveis dependentes (LnTPRV, LnTPRC e LnTPRT) há associações positivas e significantes a um nível de 1% para todas elas, isto pode ser um indicativo de multicolinearidade, porém esta relação não traz prejuízos aos modelos, visto que os dados foram rodados separadamente.

Relacionado às variáveis de controle, conforme sugerido por Fávero e Belfiore (2017), observa-se que não há multicolinearidade, pois apesar de serem significantes, são muito inferiores a 0,70.

#### 4.4.3 Análise Multivariada

Para a amostra foram rodadas três regressões lineares múltiplas estimadas pelos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A rodagem dos dados deu-se em função das variáveis independentes: transações de vendas, transações de compras e transações totais (vendas +compras), pois o objetivo é verificar o impacto de cada uma das *proxies* nos honorários de auditoria.

Os resíduos não apresentaram multicolinearidade e são heterocedásticos de acordo com os resultados dos testes VIF, Breusch Pagan/CookWeisberg e White respectivamente. Para solucionar o problema de heterocedasticidade, as regressões foram estimadas com erro padrão robusto.

A partir dos testes para adequação dos modelos de regressão (Chow test, LM de Breusch Pagan e Hausman test), para as variáveis de LnTPRV e LnTPRC foram rodadas regressões com efeito aleatório, enquanto que para LnTPRT foi usado efeito fixo. Destaca-se que para correção dos *outliers* os dados foram *winsorizados* a 1%. Na Tabela 10 podem ser verificados os resultados da análise multivariada.

**Tabela 10 – Regressões com dados em Painel**  
Honorários de Auditoria (HonAud) e Ln das Transações com partes relacionadas

	Sinal Esperado	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
LnTPRV	+	0.0629187**		
LnTPRC	+		0.0594911**	
LnTPRT	+			0.0866802*
TAM	+	0.3526331***	0.358752***	0.2017011**
ALAV	+/-	-0.1641628	-0.289251*	-0.0807202
MB	+/-	0.0036179	0.0082102	0.003566
ROA	+/-	-0.6294968	-0.7263097	-0.2293822
HonNAud	+/-	-0.0867458	-0.0559943	-0.075527
AUD	+	0.9800982***	1.046541***	0.9610398***
TrocAud	-	-0.2356539***	-0.1862071**	-0.1693233**
CAud	+/-	0.050648	0.1140381	0.2118102**
CONTR	+/-	-0.0740393	0.0443894	-1.960913***
CPA		Sim	Sim	Sim
CS		Sim	Sim	Sim
Constante		0.1490659	-0.1944967	3.43525**
Observações		1.161	1.044	1.355
R <sup>2</sup>		0.4952	0.5877	0.0964
VIF		1.79	1.80	1.76
SFrancia		0.00001	0.00001	0.00001
Breusch Pagan/ CookWeisberg		0.0000	0.0000	0.0000
White test		0.0068	0.0009	0.0023
Chow test		0.0000	0.0000	0.0000
LM de Breusch Pagan		0.0000	0.0000	0.0000
Hausman test		0.0673	0.3799	0.0461

---

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: \* indica significância a 10%, \*\* indica significância a 5% e \*\*\* indica significância a 1%. CPA= Controle de Períodos Anuais; CS= Controle por Setor. As regressões acima foram estimadas por meio de dados em painel. As constantes destes modelos econômétricos absorveram as seguintes variáveis: ANO = 2010 e SETOR= Bens industriais. TAM= tamanho da empresa; ALAV= alavancagem; MB= expectativa de crescimento do negócio para o mercado; ROA= rentabilidade sobre o ativo; HonNAud= serviços de não auditoria; AUD= auditada por BIG4; TrocAud= troca de auditoria; Caud= comitê de auditoria; CONTR= controle acionário; LnTPRV= logaritmo das transações de venda entre partes relacionadas LnTPRC= logaritmo das transações de compra entre partes relacionadas; LnTPRT= logaritmo do total de transações entre partes relacionadas. Os resultados obtidos foram embasados por meio da seguinte equação:  $HonAud_{it} = \alpha + \beta_1 LnTPR + \text{Variáveis de Controle}$ .

As variáveis de transações relacionadas de vendas, de compras e totais possuem coeficientes positivos e significantes com os honorários de auditoria. Assim sendo, essas transações expõem os auditores a riscos significativos de auditoria, portanto, surgem como um indicativo de que são exigidos honorários mais altos para compensar os esforços adicionais dispendidos para verificá-las. O resultado evidenciado, assemelha-se aos encontrados nos trabalhos de Habib *et al.* (2015) e Al-Dhamari *et al.* (2018), uma vez que os autores encontraram relação positiva entre TPRs e honorários de auditoria.

Por conseguinte, baseado nos resultados deste estudo a H1 - as TPRs aumentam os honorários de auditoria – a qual foi verificada mediante as *proxies* de transações relacionadas de compras, vendas e totais (compra+venda), esta última, derivada das *proxies* anteriores, foi comprovada, desta forma, a hipótese de pesquisa não foi rejeitada.

Em linha com estudos anteriores (Hallak & Silva, 2012; Dantas & Ramos, 2019) a variável tamanho (TAM) apresenta-se positiva e significativa, ratificando a premissa de que quanto maior for a empresa auditada, maior também serão os honorários de auditoria, os quais são cobrados em função da complexidade e dimensão do trabalho aderido pelo auditor.

Concernente à variável de controle ALAV, evidencia-se uma relação negativa e significativa apenas para o modelo 2. Este resultado pode estar ligado a pouca alavancagem da amostra de pesquisa que, por sua vez, contribui para a redução dos honorários de auditoria. Este achado vai de encontro às pesquisas de Habib *et al.* (2015) e Al-Dhamari *et al.* (2018).

Referente ao *Market to book* verifica-se que esta variável não é significativa estatisticamente para nenhum dos modelos examinados (LnTPRV, LnTPRC e LnTPRT), uma possível justificativa para este resultado está no fato das empresas da amostra oscilarem entre prejuízo e crescimento. Esta evidência é compatível com Kohlbeck e Mayhew (2010).

Relacionado ao ROA, diferentemente de resultados encontrados na literatura (Simunic, 1980; Kikhia, 2015; Habib *et al.*, 2015), nota-se uma relação negativa e significativa apenas para o modelo 2. Uma justificativa provável para este resultado é que as empresas da amostra oscilam entre perdas e ganhos na rentabilidade do ativo. Presume-se que o efeito de

perdas tenha ocorrido de forma mais consistente para a maioria das empresas, resultando numa associação negativa com os honorários de auditoria.

A variável *dummy* que indica a presença de serviços de não auditoria (HonNAud), tem relação negativa, mas não significativa com os honorários de auditoria, no entanto, apresenta indícios de que quando são realizados serviços adicionais prestados pelo auditor, é possível que haja uma redução de tempo na prestação de serviços de auditoria e conseqüentemente ocorre um abatimento na cobrança desses valores. Este achado vai de encontro a Jaramillo *et al.* (2012) e Brighenti *et al.* (2016).

Sobre a variável *dummy* AUD, o coeficiente é positivo e significativo para os três modelos (LnTPRV, LnTPRC, LnTPRT) analisados, comprovando que quando a auditoria é realizada por uma *Big four*, os honorários tendem a ser mais altos, uma vez que essas grandes firmas de auditoria possuem conhecimento especializado e reputação a zelar, assim cobram um bônus em seus honorários. Este resultado reforça estudos como o de Camargo *et al.* (2011), Bortolon *et al.* (2013) e Castro *et al.* (2015).

Em relação à variável *dummy* troca de auditoria (TrocAud) registra-se uma relação negativa e estatisticamente relevante com a variável dependente -honorários de auditoria- nas três estimações realizadas. Assim, esta evidência indica que ao realizar a troca de auditoria, as empresas estão interessadas numa redução de despesas, pois irão optar por aquelas que cobram valores mais baixos (Dantas & Ramos, 2019). Por outro lado, com o intuito de adquirir novos clientes, as firmas de auditoria têm a pretensão em diminuir seus honorários iniciais (Castro *et al.* 2015).

Quanto à variável CAud, *dummy* indicativa da existência de comitê de auditoria, verifica-se em todos os modelos que o coeficiente é positivo, entretanto, somente no modelo 3 é significativo. Uma provável explicação para este achado concentra-se no fato de que empresas com comitê de auditoria instaurado tendem a exigir um maior esforço nos trabalhos de auditoria (Camargo *et al.*, 2011).

Já a *dummy* CONTR, aponta se o controle acionário é privado, o resultado revela uma associação negativa com o honorários de auditoria e estatisticamente significativa nos modelo 3. Esta evidência pode ser justificada por meio da redução de valores quando as empresas efetuam trocas de auditoria, além de que o número limitado de empresas com controle acionário público também pode ter tido algum impacto neste resultado. Tal evidência é divergente da pesquisa de Camargo *et al.* (2011).

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar se existe influência das transações com partes relacionadas nos honorários de auditoria de empresas abertas do mercado brasileiro. Os honorários de auditoria foram mensurados mediante o logaritmo natural (Habib *et al.*, 2015; Al-Dhamari *et al.*, 2018). Além disso, foram adotadas três medidas de transações com partes relacionadas: transações de vendas, transações de compras e transações totais (venda+compra) também mensuradas por meio do logaritmo natural seguindo as pesquisas de Habib *et al.* (2015), Pratama (2018) e Ali *et al.* (2021), uma vez que estes autores usaram desta mesma medida.

A função da auditoria independente é proporcionar credibilidade às informações divulgadas nos demonstrativos contábeis, portanto, o trabalho do auditor é assegurar que as informações representem adequadamente a posição financeira das entidades (Bortolon *et al.*, 2013). Deste modo, é fundamental estudar a relação entre TPRs e os honorários de auditoria, pois é provável que ocasionem um risco de distorção relevante e acarretem em honorários mais elevados.

As evidências sugerem que as transações relacionadas de vendas, de compras e totais cooperam com o aumento de risco de auditoria, sendo mais complexas quando da sua averiguação, por conseguinte, ocorre o aumento dos valores cobrados quando da prestação dos serviços de auditoria. Portanto, verifica-se que a H1 foi comprovada, desta forma, a hipótese de pesquisa não foi rejeitada.

O resultado deste estudo pode ter sido motivado porque as TPRs são complexas e difíceis de auditar, além disso, as empresas podem utilizá-las como meio para manipular os lucros (Al-Dhamari *et al.*, 2018). Neste sentido, como maneira de se resguardar, as empresas de auditoria optam por cobrar valores mais elevados para seus clientes que possuem transações relacionadas, visto que, podem ocasionar redução na qualidade das informações contábeis.

Ademais, as evidências indicam que as auditorias enxergam as transações relacionadas como possíveis causadoras de distorções materiais nas demonstrações financeiras (Kohlbeck & Mayhew, 2017). Este achado pode estar relacionado ao volume de transações relacionadas efetuadas pelas empresas, assim sendo, os auditores dispõem maior esforço para monitorar os riscos advindos com este tipo de operações, resultando em valores mais elevados nos honorários de auditoria.

Diante disso, esta pesquisa coopera com a literatura ao apontar a relação positiva entre TPRs e honorários de auditoria, demonstrando que as referidas transações influenciam a

percepção dos auditores quanto às manipulações praticadas pelas empresas, sendo visto como um potencial determinante para aumentar os valores cobrados quando da execução da auditoria.

As constatações desta pesquisa, de maneira indireta, também lançam luz sobre as implicações causadas pelas TPRs nos demonstrativos contábeis, auxiliando acionistas, analistas e investidores na compreensão de aspectos relacionados ao desempenho financeiro e de mercado. Em complemento, estes achados chamam a atenção dos agentes de mercado para necessidade de fortalecimento de requisitos de regulação, monitoramento e divulgação de transações com partes relacionadas.

Em termos de limitações, destaca-se que para o desenvolvimento deste estudo foram utilizadas apenas TPRs de vendas, de compras e totais (vendas+compras). Outra restrição corresponde a não generalização dos resultados por se tratar de uma amostra não probabilística. Por fim, para investigações futuras sugere-se analisar a percepção dos auditores em relação a outros tipos de TPRs, levando em consideração também níveis diferenciados de governança corporativa. Além disso, pode se aplicado outras métricas para medir as transações relacionadas.

## **6 CONCLUSÃO DO ESTUDO**

Esta pesquisa é formada por dois estudos, os quais partem do pressuposto de que a TPRs podem impactar a qualidade da informação contábil. Numa primeira análise foi investigada a influência das transações com partes relacionadas na comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas abertas do mercado brasileiro. Num segundo momento, foi investigada a influência das transações com partes relacionadas nos honorários de auditoria de empresas abertas do mercado brasileiro.

É possível que as TPRs auxiliem empresas participantes de um grupo empresarial a suprir as demandas existentes das empresas, além de proporcionar redução nos custos transacionais (Gordon *et al.*, 2004). Por outro lado, são suscetíveis de serem usadas como mecanismos para expropriar benefícios das empresas (Di Carlo, 2014). Diante dessas duas perspectivas expostas na literatura, percebe-se que as TPRs podem causar impacto na qualidade das informações contábeis.

Por conseguinte, foi analisada a associação entre TPRs e comparabilidade, uma vez que esta característica qualitativa de melhoria fortalece a utilidade das demonstrações contábeis (Simmons, 1967) e auxilia os investidores a fazerem comparativos das informações entre as empresas com a intenção de tomarem melhores decisões (Lee *et al.*, 2016).

Desta forma, os resultados do primeiro estudo apontam que a comparabilidade dos relatórios financeiros, para empresas inseridas no quantil médio e máximo é reduzida pelas transações relacionadas de vendas e totais, no entanto, não afetam empresas que estão no menor nível de comparabilidade. Nesse sentido, as TPRs são vistas como potenciais formas de expropriar recursos das empresas e, portanto, reduzem esta qualidade que é considerada desejável para as demonstrações financeiras.

Também foi verificado o efeito que as TPRs têm sobre os honorários de auditoria, visto que os esforços do auditor são condizentes com o risco de auditoria, além de que a complexidade de trabalho aumenta os esforços necessários para a consecução da auditoria, resultando em honorários mais altos (Zhang, 2018).

Em se tratando do segundo estudo, as evidências expõem que as TPRs são levadas em consideração, uma vez que as transações relacionadas de vendas, compras e totais são percebidas como ampliadoras dos honorários de auditoria, pois apresentam um risco de distorção relevante, o que gera uma cobrança de honorários mais altos com intuito de compensar os esforços empenhados no exame dessas transações.

Por fim, esta pesquisa indica que as transações relacionadas no contexto nacional são visualizadas como prejudiciais à qualidade da informação, expandindo a noção de como essas transações são visualizadas numa economia emergente e de propriedade altamente concentrada. É importante destacar que essas evidências podem ter sido motivadas pelas estruturas internas das empresas e pelas condições de mercado. Acrescenta-se, ainda, que é preciso olhar tais resultados com precaução, pois as transações aqui analisadas são restritas a vendas e compras de bens, produtos e/ou serviços.

## 7 REFERÊNCIAS

- Adam, C., Tene, J. K., & Kroenke, A. (2020). Influência Das Transações Com Partes Relacionadas No Desempenho Econômico-Financeiro E De Mercado De Empresas Brasileiras. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Foz do Iguacçu/PR*.
- Adams, C. A., & Evans, R. (2004). Accountability, completeness, credibility and the audit expectations gap. *Journal of corporate citizenship*, (14), 97-115. DOI:10.9774/GLEAF.4700.2004.SU.00010
- Al-Dhamari, R. A., Al-Gamrh, B., Ku Ismail, K. N. I., & Haji Ismail, S. S. (2018). Related party transactions and audit fees: the role of the internal audit function. *Journal of Management and Governance*, 22(1), 187–212. DOI: 10.1007/s10997-017-9376-6.
- Ali, S. H. A., Rahmat, M. M., Ismail, N. I., & Saleh, N. M. (2021). Controlling Shareholder Ownership Structure and Conflict-Related Party Transactions. *Asian Journal of Accounting and Governance* 15: 65–75. DOI: 10.17576/AJAG-2021-15-06.
- Anastasia, O. C. & Onuora, J. (2019). Effects of Related Party Transaction on Financial Performance of Companies, Evidenced by Study of Listed Companies in Nigeria. *International Journal of Economics and Financial Management*, 4(3), 46–57. Disponível em: <https://iiardpub.org/get/IJEFM/VOL.%204%20NO.%203%202019/IJEFM.pdf>
- Bao, S. R., & Lewellyn, K. B. (2017). Ownership structure and earnings management in emerging markets—An institutionalized agency perspective. *International Business Review*, 26(5), 828-838. DOI: 10.1016/j.ibusrev.2017.02.002
- Barth, M. E. (2014). Measurement in financial reporting: The need for concepts. *Accounting Horizons*, 28(2), 331-352. DOI: <https://doi.org/10.2308/acch-50689>
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x
- Biddle, G. C., & Hilary, G. (2006). Accounting quality and firm-level capital investment. *The Accounting Review*, 81(5), pp. 963-982. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.963>
- Black, B. S., Kim, W., Jang, H., & Park, K. S. (2015). How corporate governance affect firm value? Evidence on a self-dealing channel from a natural experiment in Korea. *Journal of Banking & Finance*, 51, 131-150. DOI: 10.1016/j.jbankfin.2014.08.020
- Bortolon, P. M., Sarlo Neto, A., & Santos, T. B. (2013). Custos de Auditoria e Governança Corporativa. *Revista Contabilidade & Finanças*; São Paulo 24.61 (Jan-Apr 2013): 27-36A. SSN 1808-057X
- Brighenti, J., Degenhart, L., & Cunha, P. R. da. (2016). Fatores Influentes nos Honorários de Auditoria: Análise das Empresas Brasileiras Listadas na Bm&Fbovespa. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 65, p. 16- 27, jan./abr. 2016



- Camargo, R. V. W., Rita de Cássia, C. P.; Dutra, M. H., & Alberton, L. (2011). Fatores determinantes do comportamento dos custos com auditoria independente nas empresas negociadas na BM&FBOVESPA. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.
- Castro, W. B. de L., Peleias, I. R., & Silva, G. P. da. (2015). Determinantes dos Honorários de Auditoria: um Estudo nas Empresas Listadas na BM&FBOVESPA, Brasil. *R. Cont. Fin. – USP, São Paulo*, v. 26, n. 69, p. 261-273, set./out./nov./dez. 2015. DOI: 10.1590/1808-057x201501560
- Chang, S. J., & Hong, J. (2000). Economic Performance of Group-Affiliated Companies in Korea: Intragroup Resource Sharing and Internal Business Transactions. *Academy of Management Journal* Vol. 43. DOI:10.5465/1556403
- Chauhan, Y., & Kumar, S. B. (2018). Does accounting comparability alleviate the informational disadvantage of foreign investors? *International Review of Economics and Finance* (2018). DOI: 10.1016/j.iref.2018.12.018
- Chen, A., & Gong, J. J. (2019). Accounting comparability, financial reporting quality, and the pricing of accruals. *Advances in accounting*, 2019, vol. 45, issue C, - DOI: 10.1016/j.adiac.2019.03.003
- Chen, Y., Chen, C. H., & Chen, W. (2009). The impact of related party transactions on the operational performance of listed companies in china. *Journal of Economic Policy Reform*, 12(4), 285–297. DOI: 10.1080/1748787090331457
- Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y., & Lin, Z. (2010). The role of accounting standards: evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(3), 1-57. DOI: 10.1111/j.1467-646x.2010.01041.x
- CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CMV nº 480/2009 - Dispõe sobre o registro de emissores de Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores Mobiliários. Disponível em: <http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst480consolid.pdf>
- Cho, S., & Lim, K. M. (2018). Tunneling by Related-party Transactions: Evidence from Korean Conglomerates. *Asian Economic Journal*, 32(2), 147–164. DOI: 10.1111/asej.12146
- Collins, D., & Kothari, S. (1989). An Analysis of Inter-temporal and Cross-Sectional Determinants of Earnings Response Coefficients. *Journal of Accounting and Economics* 11 (2–3): 143–181. DOI:10.1016/0165-4101(89)90004-9
- Dantas, J. A., & Ramos, A. C. A. (2019). Impacto da Troca de Auditores nos Honorários de Auditoria. *GeCont*, v. 6, n. 2, Florianó-PI, Jul-Dez. 2019
- DeFond, M., & J. Jiambalvo. (1994). Debt Covenant Violation and Manipulation of Accruals. *Journal of Accounting and Economics* 17: 145–176. DOI:10.1016/0165-4101(94)90008-6

- DeFond, M., Hu, X., Hung, M., & Li, S. (2011). The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. *Journal of accounting and economics*, 51(3), 240-258. DOI:10.1016/j.jacceco.2011.02.001
- DeFranco, G., Kothari, S. P., & Verdi, R. S. (2011). The benefits of financial statement comparability. *Journal of Accounting Research*, 49(4), 895-931. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2011.00415.x
- Diab, A. A., Aboud, A., & Hamdy, A. (2019). The impact of related party transactions on firm value: Evidence from a developing country. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 17(3), 571–588. DOI: 10.1108/JFRA-08-2018-0064
- Di Carlo, E. (2014). Related party transactions and separation between control and direction in business groups: the Italian case, *Corporate Governance*, 14(1), 58-85. DOI: 10.1108/CG-02-2012-0005
- Duarte, F. C. D. L., Girão, L. F. D. A. P., & Paulo, E. (2017). Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance: Eles Captam o que Deveriam Captar? *Revista de Administração Contemporânea*, 21(SPE), 110-134. DOI: 10.1590/1982-7849rac2017160202
- Dyck, A., & Zingales, L. (2004). Private benefits of control: An international comparison. *The Journal of Finance*, 59(2), pp. 537-600. DOI:10.1111/j.1540-6261.2004.00642.x
- El-Helaly, M. (2016). Related party transactions and accounting quality in Greece. *International Journal of Accounting and Information Management*, 24(4), 375–390. DOI: 10.1108/IJAIM-04-2016-0044
- Fang, J., Lobo, G. J., Zhang, Y. & Zhao, Y. (2018) Auditing Related Party Transactions: Evidence from Audit Opinions and Restatements (April 14, 2017). *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, Volume 37, Issue 2, pp. 73–106, 2018. Disponível em: <https://translateyar.ir/wp-content/uploads/2020/02/Auditing-2.pdf>
- Fang, V. W., Maffett, M., & Zhang, B. (2015). Foreign institutional ownership and the global convergence of financial reporting practices. *Journal of Accounting Research*, 53(3),593-631. DOI: 10.1111/1475-679x.12076
- Fathi, J. (2013). The determinants of the quality of financial information disclosed by French listed companies. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 4(2), p. 319-336. DOI: 10.5901/mjss.2013.v4n2p319
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Elsevier Brasil.
- Feng, Z., & Huang, H. (2021). Corporate governance and earnings management: A quantile regression approach. *International Journal of Finance and Economic*, 26(4), p. 5056-5072. DOI: 10.1002/ijfe.2054
- Firth, M. (1997). The Provision of Non-audit Services and the Pricing of Audit Fees. *Journal of Business Finance & Accounting*, 24 (3). DOI: 10.1111/1468-5957.00118

- Fooladi, M., & Farhadi, M. (2019). Corporate governance and detrimental related party transactions: Evidence from Malaysia. *Asian Review of Accounting*, 27(2), 196–227. DOI: 10.1108/ARA-02-2018-0029
- Francis, J. R., Pinnuck, M. L., & Watanabe, O. (2014). Auditor style and financial statement comparability. *The Accounting Review*, 89(2), 605-633. DOI: 10.2308/accr-50642.
- Gallery, G. T., Gallery, N., & Supranowicz, M. G. (2008). Cash-Based Related Party Transactions in New Economy Firms. *Accounting Research Journal* 21(2):pp. 147-166. DOI:10.1108/10309610810905935
- Gonçalves, K. A. (2021). *Transações com Partes Relacionadas: evidências de suavização e persistência dos lucros no mercado de capitais brasileiro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Goiânia, 2021.
- Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2007). Determinants of audit fees for French quoted firms. *Managerial Auditing Journal*. Vol. 22 No. 2, 2007, pp. 139-160. DOI 10.1108/02686900710718654
- Gordon, E. A., & Henry, E. (2005). Related Party Transactions and Earnings Management. *SSRN Electronic Journal*. DOI: 10.2139/ssrn.612234
- Gordon, E. A., Henry, E., & Palia, D. (2004). Related Party Transactions and Corporate Governance. *Advances in Financial Economics*, 9, 1–27. DOI:10.1016/S1569-3732(04)09001-2
- Habib, A., Jiang, H., & Zhou, D. (2015). Related Party Transactions and Audit Fees: Evidence from China. *Journal of Internacional Accounting Research*, 14(1), 59–83. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Haiyan-Jiang-18/publication/272641932\\_RelatedParty\\_Transactions\\_and\\_Audit\\_Fees\\_Evidence\\_from\\_China/links/5547479c0cf234bdb21dcbbc/Related-Party-Transactions-and-Audit-Fees-Evidence-from-China.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Haiyan-Jiang-18/publication/272641932_RelatedParty_Transactions_and_Audit_Fees_Evidence_from_China/links/5547479c0cf234bdb21dcbbc/Related-Party-Transactions-and-Audit-Fees-Evidence-from-China.pdf)
- Habib, A., Muhammadi, A. H., & Jiang, H. (2017). Political connections, related party transactions, and auditor choice: Evidence from Indonesia. *Journal of Contemporary Accounting and Economics*, 13(1), 1–19. DOI: 10.1016/j.jcae.2017.01.004
- Hallak, R. T. P., & Silva, A. L. C. (2012). Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 223-231.
- Hasnan, S., Daie, M. S., & Hussain, A. R. M. (2016). Related party transactions and earnings quality: does corporate governance matter? *International Journal of Economics and Management*, 10(2), 189–219.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 405-440. DOI: 10.1016/s0165-4101(01)00018-0

- Hu, S. H.; Li, G.; Y. H.; & Fan, X. A. (2014) Effects of Internal Governance Factors on Cross-Border-Related Party Transactions of Chinese Companies, *Emerging Markets Finance and Trade*, 48:sup1, 58-73. DOI: 10.2753/REE1540-496X4801S105
- Huang, D. T., & Liu, Z. C. (2010). A study of the relationship between related party transactions and firm value in high technology firms in Taiwan and China. *African Journal of Business Management*, 4(9), 1924-1931. DOI: 10.5897/AJBM.9000034
- Hwang, N. C. R., Chiou, J. R., & Wang, Y. C. (2013). Effect of disclosure regulation on earnings management through related-party transactions: Evidence from Taiwanese firms operating in China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(4), 292–313. DOI: 10.1016/j.jaccpubpol.2013.04.003
- Jalan, A., Badrinath, S. G., & Al-Gamrh, B. (2020). Women on audit committees and the relationship between related party transactions and earnings management. *Strategic Change*, 29(3), 389–406. DOI: 10.1002/jsc.2337
- Jaramillo, M. J., Benau, M. A. G., & Grima, A. Z. (2012) Factores que determinan los honorarios de auditoría: Análisis empírico para México. *Revista Venezolana de Gerencia*, v. 17, n. 59, p. 387-406, 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Revistavenezolanadegerencia/2012/vol17/no59/1.pdf>
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, vol 3(4), 305-360. DOI:10.1016/0304-405X(76)90026-X
- Jian, M., & Wong, T. J. (2010). Propping through related party transactions. *Review of Accounting Studies*, 15(1), 70–105. DOI: 10.1007/s11142-008-9081-4
- Joshi, P.L. & Bastaki, H.A.L. (2000). Determinants of audit fees: Evidence from the companies listed in Bahrain. *International Journal of Auditing*, 4, 129 – 138. DOI: 10.1111/1099-1123.00308
- Johnson, S., Porta, R. La, Lopez-De-Silanes, F., & Shleifer, A. (2000). Tunneling. *AEA papers and proceedings*, 90(2), 22-27. DOI :10.1257/aer.90.2.22
- Kikhia, H. (2015). Determinants of Audit Fees: Evidence from Jordan. *Accounting and Finance Research* Vol. 4, No. 1; 2015. DOI: <https://doi.org/10.5430/afr.v4n1p42>
- Klein, A. (2002). Audit Committee, Board of Director Characteristics, and Earnings Management. *Journal of Accounting and Economics* 33: 375–400. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(02\)00059-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(02)00059-9)
- Knupp, P. D. S. (2013). *Determinantes no montante das Transações entre Partes Relacionadas das 100 maiores companhias brasileiras de capital aberto*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina).
- Kohlbeck, M., & Mayhew, B. W. (2010). Valuation of firms that disclose related party transactions. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(2), 115-137. DOI: 10.1016/j.jaccpubpol.2009.10.006

- Kohlbeck, M., & Mayhew, B. W. (2017). Are related party transactions red flags? *Contemporary Accounting Research*, 34(2), 900-928. DOI: 10.1111/1911-3846.12296
- Lang, Mark H. and Maffett, Mark G. & Owens, Edward. (2010). Earnings Comovement and Accounting Comparability: The Effects of Mandatory IFRS Adoption (September 14, 2010). Simon School Working Paper No. FR 11-03, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1676937> or DOI:10.2139/ssrn.1676937
- Lee, M. G., Kang, M., Lee, H. Y., & Park, J. C. (2016). Related-party transactions and financial statement comparability: evidence from South Korea. *Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics*, 23(2), 224–252. DOI: 10.1080/16081625.2014.957706
- Leuz, C., & Verrecchia, R. E. (2000). The economic consequences of increased disclosure (digest summary). *Journal of accounting research*, 38(3), pp. 91-124. DOI: 10.2307/2672910
- Li, M. Y. L., Yang, T. H., & Yu, S. E. (2015). CEO stock-based incentive compensation and firm performance: a quantile regression approach. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 26(1), 39-71. DOI: 10.1111/jifm.12022
- Li, L., & Hwang, N.-C. R. (2019). Do market participants value earnings management? An analysis using the quantile regression method. *Managerial Finance*, Vol. 45 No. 1, pp. DOI: /10.1108/MF-02-2018-0087
- Li, J., Xia, T., & Wu, D. (2021). Internal Control Quality, Related Party Transactions and Accounting Information Comparability. *The 8th International Conference on Information Technology and Quantitative Management*. Procedia Computer Science 199 (2022) 1252–1259. Disponível em: [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com)
- Lo, A. W., & Wong, R. M. (2016). Silence is golden? Evidence from disclosing related-party transactions in China. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(5), 540-564. DOI: 10.1016/j.jaccpubpol.2016.06.002
- Mano, P. S. S. (2020). *Transações com Partes Relacionadas: Revisão Sistemática de Literatura*. Dissertação (mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2020.
- Marchini, P.L., Andrei, P., & Medioli, A. (2019). Related party transactions disclosure and procedures: a critical analysis in business groups. *Corporate Governance*, Vol. 19 No. 6, pp. 1253-1273. DOI: 10.1108/CG-08-2018-0281
- Marchini, P. L., Mazza, T., & Medioli, A. (2018). The impact of related party transactions on earnings management: some insights from the Italian context. *Journal of Management and Governance*, 22(4), 981–1014. DOI: 10.1007/s10997-018-9415-y
- Marioni, L. da S., Vale, V. de A., Perobelli, F. S., & Freguglia, R. da S.. (2016). Uma Aplicação de Regressão Quantílica para Dados em Painel do PIB e do Pronaf. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 54(2), 221-242. DOI: 10.1590/1234.56781806-947900540202

- Matos, O.M.S.P de, & Galdi, F. C., & (2014). O Impacto das Transações com Partes Relacionadas na Performance Operacional das Companhias Listadas na Bm&FBovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), 84-97. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197037785005>
- Mayoral, J. M., & Segura, A. S. (2007). Un estudio empírico de los honorarios del auditor. *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, Volume 10, Issue 32, September 2007, Pages 81-109. DOI: 10.1016/S1138-5758(07)70092-0
- Miko, N. U., & Kamardin, H. (2015). Impact of audit committee and audit quality on preventing earnings management in the pre-and post-Nigerian corporate governance code 2011. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 172, pp. 651-657. DOI: 10.1016/j.sbspro.2015.01.415
- Moraes, G. S. D. C., Silva, E. P. L. DA, Nascimento, E. M., & Cunha, J. V. A. DA. (2019). A Influência das Transações com Partes Relacionadas no Gerenciamento de Resultados das Empresas Brasileiras de Capital Aberto Resumo. *XIX USP International Conference in Accounting*, p. 1–16.
- Moura, G. D. de, Zanchi, M., Mazzioni, S. Macêdo, F. F. R., & Kruger, S. D. (2017) Determinantes da qualidade da informação contábil em grandes companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. *REPeC, Brasília*, v. 11, n. 3, art. 5, p. 329-346, jul./set. 2017.
- Moura, G. D., Ziliotto, K., & Mazzioni, S. (2016). Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(27), pp. 17-30.
- Paulo, E., & Martins, E. (2007). Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 31.
- Peng, W. Q., Wei, K. J., & Yang, Z. (2011). Tunneling or propping: Evidence from connected transactions in China. *Journal of Corporate Finance*, 17(2), 306-325. DOI: 10.1016/j.jcorpfin.2010.08.002
- Pizzo, M. (2013). Related party transactions under a contingency perspective. *Journal of Management and Governance*, 17(2), 309–330. DOI: 10.1007/s10997-011-9178-1
- Pozzoli, M., & Venuti, M. (2014). Related Party Transactions and Financial Performance: Is There a Correlation? Empirical Evidence from Italian Listed Companies. *Open Journal of Accounting*, 03(1), 28–37. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/a2b2/46ce484b354e36dbeda0534083a0c2ee26fb.pdf?\\_ga=2.143996981.1890177907.1625016115-995086761.1623020627](https://pdfs.semanticscholar.org/a2b2/46ce484b354e36dbeda0534083a0c2ee26fb.pdf?_ga=2.143996981.1890177907.1625016115-995086761.1623020627)
- Pratama, A. Do Related Party Transactions and Tax Avoidance Affect Firm Value? (2018). *Review of Integrative Business and Economics Research*, Vol. 7, Supplementary Issue 1. ISSN: 2304-1013

- Pronunciamento técnico CPC 00 (R2), de 10 de dezembro de 2019. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)
- Pronunciamento técnico CPC 05 (R1), de 07 de Outubro de 2010. Divulgação sobre partes relacionadas. Recuperado de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/159\\_CPC\\_05\\_R1\\_rev%2006.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/159_CPC_05_R1_rev%2006.pdf)
- Rahmat, M. M., Ahmed, K., Lobo, G. J. (2020a). Related Party Transactions, Value Relevance and Informativeness of Earnings: Evidence from Four Economies in East Asia. *Review of Pacific Basin Financial Markets and Policies*, Vol. 23, No. 1 (2020) 2050005. DOI: 10.1142/S0219091520500058
- Rahmat, M. M., Muniandy, B., & Ahmed, K. (2020b). Do related party transactions affect earnings quality? Evidence from East Asia. *International Journal of Accounting and Information Management*, 28(1), 147–166. DOI: 10.1108/IJAIM-12-2018-0146
- Ribeiro, A. M. (2014). *Poder Discricionário do Gestor e Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise dos Efeitos da Convergência do Brasil às IFRS*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Ribeiro, A. M., Sousa, A. M. de, & Vicente, E. F. R. (2019). Impacto da Troca de Auditor na Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. Anais do XIX USP International Conference in Accounting, São Paulo, Brasil, 1-20
- Ribeiro, A. M., do Carmo, C. H. S., Fávero, L. P. L., & Carvalho, L. N. (2016a). Poder Discricionário do Gestor e Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: Uma Análise do Processo de Transição Regulatória da Contabilidade Brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 12-28
- Ribeiro, A. M., Carmo, C. H. S. do, Fávero, L. P. L., & Carvalho, L. N. G. de (2016b) Comparabilidade X Uniformidade dos Relatórios Financeiros: uma análise empírica durante o período de transição regulatória da contabilidade brasileira ao padrão internacional. *Advances in Scientific and Applied Accounting* ISSN 1983-8611 São Paulo v.9, n.3 p. 262 - 282 Set. / Dez. de 2016.
- Ribeiro, F., & Colauto, R. D. (2016). A Relação Entre Board Interlocking E As Práticas De Suavização De Resultados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(70), 55-66. DOI: 10.1590/1808-057x201501320
- Rodrigues, A., Paulo, E., & Carvalho, L. N. (2007). Gerenciamento de resultados por meio das transações entre companhias brasileiras interligadas. *Revista de Administração-RAUSP*, 42(2), 216-226.
- Ryngaert, M., & Thomas, S. (2012). Not All Related Party Transactions (RPTs) Are the Same: Ex Ante Versus Ex Post RPTs. *Journal of Accounting Research*, 50 (3), 845-882. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2012.00437.x

- Ross, J., Shi, L. & Xie, H. (2020). The determinants of accounting comparability around the world. *Asian Review of Accounting*, Vol. 28 No. 1, pp. 69-88. DOI: 10.1108/ARA-04-2019-0087
- Santos, H. M. da S., & Souza, P. V. S. de. (2018). Fatores Determinantes dos Honorários de Auditoria Independente das Companhias Brasileiras de Capital Aberto Listadas na B3. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ* (online), Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 3 - p. 17, set/dez., 2018. ISSN 1984-3291
- Shin, H., Sohn, S. K., & Park, S. (2019). Related party transactions and income smoothing: new evidence from Korea. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*. DOI: 10.1080/16081625.2019.1566011
- Silva, A.B. da.; Silva, A. H. C. e. (2017). Qualidade da Divulgação de Informações sobre os Serviços Prestados pelos Auditores Independentes no Relatório da Administração. *Pensar Contábil, Rio de Janeiro*, v. 19, n. 70, p. 52-59, set/dez.
- Silveira, A. D. M. D., & Barros, L. A. B. D. C. (2008). Determinantes Da Qualidade Da Governança Corporativa Das Companhias Abertas Brasileiras. *Read: Revista Eletrônica De Administração*. 14(3). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20746>
- Simunic, D. A. (1980). The pricing of audit services: Theory and evidence. *Journal of accounting research*, 161-190. DOI: 10.2307/2490397
- Simmons, J. K. (1967). A concept of comparability in financial reporting. *The accounting review*, 42(4), 680-692.
- Sousa, A. M. de (2020). *Efeito do auditor na comparabilidade e uniformidade dos relatórios financeiros: uma análise em empresas brasileiras de capital aberto*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2020.
- Sousa, A. M. de, Meurer, R. M., Feltes, T., & Ribeiro, A. M. (2020a) Os Ciclos Econômicos Influenciam no Nível de Comparabilidade e Consistência da Informação Contábil? Evidências em Empresas Abertas do Mercado Brasileiro. *Anais do X Congresso UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina de Controladoria e Finanças, Florianópolis/SC, Brasil*.
- Sousa, A. M. de, Ribeiro, A. M., Vicente, E. F. R., & Carmo, C. H. S. do. (2020b). Suavização de resultados e comparabilidade dos relatórios financeiros: evidências em empresas abertas do mercado brasileiro. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 14, e164488, 1-18. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164488
- Souza, J. A. S de. (2014). *Transações com Partes Relacionadas: Determinantes e Impactos no Desempenho das Empresas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Espírito Santo, Brasil.
- Souza, M. M., Knupp, P. S., & Borba, J. A. (2013). Características associadas às transações com partes relacionadas nas empresas de capital aberto brasileiras. *Revista*



*Contabilidade, Gestão e Governança*, vol. 16 (3), p. 124 – 137. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/606>

Shuraki, M. G., Pourheidari, O. & Azizkhani, M. (2021). Accounting comparability, financial reporting quality and audit opinions: evidence from Iran. *Asian Review of Accounting*, Vol. 29 No. 1, pp. 42-60. DOI: 10.1108/ARA-06-2020-0087

Sunder, S. Teoria da contabilidade e do controle. (2014). Revisor técnico. Andson Braga de Aguiar – São Paulo, 2014.

Sweeney, A. (1994). Debt-Covenant Violations and Manager's Accounting Responses. *Journal of Accounting and Economics* 17 (May): 281–308. DOI: 10.1016/0165-4101(94)90030-2

Taplin, R. H. (2004). A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, 34(1), 57-73. DOI: 10.1080/00014788.2004.9729951

Urhoghide, R. O., & Emeni, F. K. (2014) Corporate Governance and Audit Fee Determination in Nigeria. *ESUT Journal of Accountancy*, 5 (2). pp. 101-108. Disponível em: <http://eprints.covenantuniversity.edu.ng/5160/1/Corporate%20Governance%20New.pdf>

Wang, C. (2014). Accounting standards harmonization and financial statement comparability: Evidence from transnational information transfer. *Journal of Accounting Research*, 52(4), 955-992. DOI:10.1111/1475-679X.12055

Wong, R. M., Kim, J. B., & Lo, A. W. (2015). Are related-party sales value-adding or value-destroying? Evidence from China. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 26(1), 1–38. DOI: doi.org/10.1111/jifm.12023

Yip, R. W., & Young, D. (2012). Does mandatory IFRS adoption improve information comparability?. *The Accounting Review*, 87(5), 1767-1789. DOI: 10.2308/accr-50192

Ying, Q., Wang, L. (2013), Propping by controlling shareholders, wealth transfer and firm performance: Evidence from Chinese listed companies. *China Journal of Accounting Research*, 6(2), 133-147. DOI: 10.1016/j.cjar.2013.02.001

Zhang, J. H. (2018). Accounting comparability, audit effort, and audit outcomes. *Contemporary Accounting Research*, 35(1), 245-276. DOI: 10.1111/1911-3846.12381

Zheng, F. (2019). The Impact of Accounting Information Comparability on Audit Time Lag. International Conference on Education, Economics and Information Management (ICEEIM 2019) Disponível em: <https://www.atlantispress.com/article/125938459.pdf>

## APÊNDICE A - TESTES ADICIONAIS DE TPRs NOS MODELOS DE COMPARABILIDADE E HONORÁRIOS DE AUDITORIA

**Tabela A1 - Regressões Quantílicas -TPRs em logaritmo natural**

Painel A: Comparabilidade e TPR de Vendas (LnTPRV)				
	Sinal Esperado	Quantil 0.25	Quantil 0.50	Quantil 0.75
LnTPRV	-	0.0012067	0.0000136	-0.0001622
TAM	+	0.0049241**	0.0033029***	0.0018737***
ALAV	-/+	-0.0138625**	-0.0076901**	-0.0029176*
MB	-/+	0.0004995	0.0001958	0.0000328
AUD	+	0.0084606	0.0080835**	0.0063897***
GAO	+	0.000299	0.0000729	-0.0000156
Constante		-0.122214***	-0.073628***	-0.0444404***
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1533	0.1106	0.0515
CPA		Sim	Sim	Sim
Observações			336	
Painel B: Comparabilidade e TPR de Compras (LnTPRC)				
	Sinal Esperado	Quantil 0.25	Quantil 0.50	Quantil 0.75
LnTPRC	-	-0.0007729	-0.0010084**	-0.000401
TAM	+	0.0050942**	0.003901***	0.0016622**
ALAV	-/+	-0.0190213**	-0.0080059**	-0.0002266
MB	-/+	0.0004219	0.0002344	-0.000021
AUD	+	0.0000203	0.004656**	0.0043376**
GAO	+	0.0002176	0.0001566	-0.0001214
Constante		-0.0898226***	-0.0677122***	-0.0361909***
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1172	0.0931	0.0460
CPA		Sim	Sim	Sim
Observações			258	
Painel C: Comparabilidade e TPR Totais (LnTPRT)				
	Sinal Esperado	Quantil 0.25	Quantil 0.50	Quantil 0.75
LnTPRT	-	0.0005643	-0.0003686	0.0001102
TAM	+	0.0047232**	0.0033647***	0.0017098***
ALAV	-/+	-0.0096052*	-0.0058134**	-0.0046342**
MB	-/+	0.0003701	0.0001377	0.0000433
AUD	+	0.0072929	0.0079017***	0.0053946***
GAO	+	0.0003071	0.0000417	-0.0000728
Constante		-0.1108943***	-0.0698525***	-0.041446***
Pseudo R <sup>2</sup>		0.1402	0.1082	0.0513
CPA		Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: \* indica significância a 10%, \*\* indica significância a 5% e \*\*\* indica significância a 1%. CPA= Controle de Períodos Anuais. As regressões acima foram estimadas por meio do método não paramétrico em quantis (0.25, 0.50 e 0.70). As constantes destes modelos econométricos absorveram a seguinte variável: ANO = 2013. TAM= tamanho da empresa; ALAV= alavancagem; MB= expectativa de crescimento do negócio para o mercado; AUD= auditada por BIG4; LnTPRV= transações de venda entre partes relacionadas; LnTPRC= transações de compra entre partes relacionadas; LnTPRT= total de transações entre partes relacionadas. Os resultados obtidos foram embasados por meio da seguinte equação:  $COMP_{it} = \alpha + \beta_1 LnTPR + \text{Variáveis de Controle}$ .

Foi conduzido um teste alternativo usando a mensuração de TPRs em sua forma logaritma. De acordo com a Tabela A1 verifica-se que as transações relacionadas de compra apresentam uma relação negativa e estatisticamente significativa com a comparabilidade, mas somente no quantil 0.50. Apesar de usar outra métrica, este resultado, em geral, vai ao encontro da pesquisa de Lee *et al.* (2016), evidenciando que as transações relacionadas provocam redução na comparabilidade das demonstrações financeiras. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de que o volume das transações afetam apenas as empresas inseridas no quantil de comparabilidade média, incapaz de afetar empresas que estão nos quantis com nível de menor ou de maior de comparabilidade.

As transações de vendas e totais possivelmente possuem uma estrutura diferenciadas para serem efetivadas, por isso não causaram efeitos na comparabilidade das informações contábeis, neste sentido, os resultados dos painéis A e B não apresentam significância estatística, no entanto, os achados estão de acordo com Li *et al.* (2021). Conclui-se que, mesmo utilizando uma abordagem diferenciada para mensurar as TPRs, nota-se que, ainda assim, as transações relacionadas acarretam prejuízos na qualidade das informações contábeis, sobretudo, na comparabilidade. Este teste reforça as evidências encontradas nesta pesquisa.

**Tabela A2 - Regressões com dados em Painel - TPRs ponderadas pelo ativo total**

Honorários de Auditoria (HonAud) e Transações com partes relacionadas

	Sinal Esperado	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
TPRV	+	-0.0019039		
TPRC	+		0.0492059**	
TPRT	+			0.0048648
TAM	+	0.3939203***	0.4107501***	0.4061034
ALAV	+/-	-0.032309	-0.0841123	-0.0281719
MB	+/-	0.0054494	0.0051818	0.0044484
ROA	+/-	-0.0804415	-0.2140442*	-0.085435
HonNAud	+/-	-0.0948367	-0.0501923	-0.0446766
AUD	+	0.9798936***	1.115414***	0.9741599***
TrocAud	-	-0.2601113***	-0.1998389**	-0.19657**
CAud	+/-	0.0594056	0.1467752	0.1764935*
CONTR	+/-	-0.1837361	0.0774279	-0.1769554
CPA		Sim	Sim	Sim
CS		Sim	Sim	Sim
Constante		0.2204582	-0.6346915	-0.0971721
Observações		1.161	1.045	1.355
R <sup>2</sup>		0.4907	0.5637	0.5375
VIF		1.83	1.92	1.79
SFrancia		0.00001	0.00001	0.00001
Breusch Pagan/ CookWeisberg		0.0000	0.0003	0.0000
White test		0.0014	0.0009	0.0000
Chow test		0.0000	0.0000	0.0000
LM de Breusch Pagan		0.0000	0.0000	0.0000
Hausman test		0.0847	0.1157	0.0640

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: \* indica significância a 10%, \*\* indica significância a 5% e \*\*\* indica significância a 1%. CPA= Controle de Períodos Anuais; CS= Controle por Setor. As regressões acima foram estimadas por meio de dados em painel. As constantes destes modelos econométricos absorveram a seguinte variável: ANO = 2010 e SETOR= Bens industriais. TAM= tamanho da empresa; ROA= rentabilidade sobre o ativo; HonNAud= serviços de não auditoria; AUD= auditada por BIG4; TrocAud= troca de auditoria; Caud= comitê de auditoria; CONTR= controle acionário; TPRV= transações de venda entre partes relacionadas; TPRC= transações de compra entre partes relacionadas; TPRT= total de transações entre partes relacionadas. Os resultados obtidos foram embasados por meio da seguinte equação:  $HonAud_{it} = \alpha + \beta_1 TPR + \text{Variáveis de Controle}$

Um teste alternativo foi feito utilizando uma abordagem diferenciada de mensuração das transações relacionadas, neste caso, as TPRs foram ponderadas pelo ativo. A evidência indica que as transações relacionadas de compras apresenta-se positiva e significativa com os honorários de auditoria. Em geral, este resultado é semelhante às pesquisas de Habib *et al.* (2015) e Al-Dhamari *et al.* (2018), por conseguinte, sugere-se que este tipo de operação é concebida pelos auditores como um potencial risco de auditoria, o qual exigirá mais esforço por parte dos auditores, acarretando em honorários mais altos.

Sobre a variável de transações relacionadas de vendas e totais, conforme demonstrado na Tabela A2, verifica-se uma relação não significativa com os honorários de auditoria. Provavelmente, a estruturação destas operações possui um procedimento diferenciado para sua execução e não traz implicações para os honorários de auditoria. Portanto, apesar de utilizar uma medida distinta para as TPRs, o volume das transações relacionadas pode influenciar no risco e na complexidade da auditoria, reduzindo a qualidade das informações contábeis, aumentando os esforços dos auditores, resultando em cobranças mais altas quando da prestação de serviço de auditoria. Tal achado corrobora o teste principal deste estudo.